

Universidade Federal de Campina Grande

Centro de Humanidades

Curso de Bacharelado em História

**As inquietações de Lima Barreto com o Regime Republicano:  
Denúncias satíricas.**

**Paulo Roberto Santos de Carvalho**

Campina Grande - Paraíba

**Paulo Roberto Santos de Carvalho**

**As inquietações de Lima Barreto com o Regime Republicano:  
Denúncias satíricas**

Monografia apresentada como exigência do curso de Bacharelado em História do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, para a obtenção do título de Bacharelado em História.

Campina Grande-PB.



Biblioteca Setorial do CDSA. Maio de 2025.

Sumé - PB

**Paulo Roberto Santos de Carvalho**

**As inquietações de Lima Barreto com o Regime Republicano:  
Denúncias satíricas**

Monografia apresentada em 10/05/2013.

Comissão Examinadora

---

José Benjamim Montenegro

Doutor pela UFCG

Orientador

---

Rosilene Dias Montenegro

Doutora pela UNICAMP

Examinadora

---

Joachin de Melo Azevedo

Mestre pela UFSC

Examinador

Campina Grande – PB

Abril - 2013

A meus pais, João Carvalho da Costa (in memoriam) e Maria dos Santos Carvalho Costa que embora só tivessem o primário incompleto, foram grandes incentivadores para mim e minhas quatro irmãs, Rosa, Roseane, Rosângela e Rosimaire cursar uma Universidade. Meu pai frequentou uma escola noturna já adulto e por pouco tempo, mas foi exímio comerciante e era bom em matemática. Minha mãe foi criada numa fazenda e estudou num colégio de freiras pouco tempo, mas adquiriu uma boa formação do convívio com o major fazendeiro e seus filhos doutores que adotaram minha mãe quando ela ficou órfã de pai e mãe na infância.

## **Agradecimento**

Agradeço ao professor Jose Benjamim Montenegro que tem me orientado desde a licenciatura em história. Seu domínio no campo da literatura como fonte de pesquisa em história fez-me buscar a sua orientação, tendo em vista minha formação anterior em Letras pela UFPB. Agradeço a professora Rosilene Dias Montenegro e ao professor Joachin de Melo Azevedo por fazer parte desta comissão examinadora e contribuírem com suas observações valiosas. Não poderia deixar de lembrar o professor Alarcon Agra do Ó, Coordenador do curso de história e grande incentivador dos alunos no campo da pesquisa. Quando foi fundada a UFCG, oriunda do campus II da UFPB, eu já era aluno do curso de história, vindo a concluir a licenciatura no ano de 2007, ingressando como graduado no bacharelado no ano de 2008. Nesses doze anos como aluno desta universidade tive a honra de conhecer excelentes professores, mestres e doutores que contribuíram com minha formação e ajudaram-me a desenvolver um senso crítico bem aguçado. Minha gratidão a todos, indistintamente. Aos amigos e amigas que aqui encontrei de alunos a funcionários dedicados sou muito grato. A minha família, esposa e filhos, pelo carinho e compreensão.

## Resumo

Nesta pesquisa, inicialmente faço um levantamento historiográfico sobre a Primeira República, com base em nomes consagradas pela historiografia. Em seguida elaboro uma contextualização da obra e vida do escritor Lima Barreto, com comentários de críticos literários e principalmente de historiadores sobre a crítica social do escritor aos desmandos do Governo Republicano, nos seus primórdios. O romance social *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, e sua obra satírica *Os Bruzundangas*, são as obras principais que serão analisadas neste projeto. São inúmeras as teses de mestres e doutores sobre a vasta obra de Lima Barreto, o que já é uma prova da importância e atualidade dos temas nela abordados. Esse é mais um humilde projeto de pesquisa que visa resgatar nas obras do autor seu humor satírico aos desmandos da Primeira república.

## SUMÁRIO

### **Conteúdo**

INTRODUÇÃO.....	8
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:.....	11
CAPITULO I: CONCEITUANDO A PRIMEIRA REPÚBLICA E SEU CARÁTER EXCLUDENTE .....	15
CAPITULO II: CONTEXTUALIZANDO A OBRA E A VIDA DE LIMA BARRETO .....	22
NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	22
CAPÍTULO III: UMA IDEIA DE BRASIL, NA PENA DE LIMA BARRETO.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54

## INTRODUÇÃO

Após concluir a licenciatura em História no ano de 2007 senti-me tentado a procurar uma escola para lecionar a disciplina, mas ponderei que esse não era meu objetivo naquele momento por pelo menos duas razões. Primeiro, como trabalho no serviço público numa repartição federal, teria que ensinar à noite, restando-me quase nenhum tempo para aprofundar-me no estudo e pesquisa de alguns temas relevantes que tive proximidade durante a graduação. Como aluno do ensino técnico na década de 1970, tive contato com a disciplina de história apenas por um ano, pois o modelo do ensino técnico nos idos dos anos setenta na Escola Técnico Federal da Paraíba, hoje Instituto federal de Educação, em João Pessoa, era voltado para preparar o aluno para o trabalho na indústria, em três anos. Somente no primeiro ano o aluno tinha contato com as disciplinas normalmente ensinadas no chamado científico, ou ensino médio, sendo os dois anos finais dedicados exclusivamente às disciplinas técnicas ministradas em salas de aula, e, as disciplinas práticas nas oficinas, para preparar torneiros mecânicos, soldadores, eletricitas, hidráulicos, técnicos em edificações, etc. Concluí o curso de técnico em Mecânica, mas não cheguei a exercer a profissão. Entrei no serviço público através de concurso e após um período de acomodação de mais de dezessete anos, ingressei no curso de Letras na Universidade Federal da Paraíba, campus I, em João Pessoa, concluindo em 1996. A graduação em Letras levou-me a perceber o valor da literatura como fonte histórica e capaz de corroborar satisfatoriamente fatos históricos, nos proporcionando prazer ao percebermos as relações de tensão entre as duas estruturas: históricas e literárias. Esta certeza vim a concretizar ao ingressar posteriormente no curso de história na mesma instituição assim que concluí o curso de Letras. Com a transferência voluntária para Campina Grande no ano de 2000 para trabalhar no Instituto Nacional do Seguro Social, solicitei a transferência ex-ofício do meu curso de história para o então campus II da UFPB, aqui em Campina Grande, concluindo o curso em 2007, já na UFCG. Outro fator relevante na minha formação é o fato de que no ensino fundamental, antigo ginásio, nos anos de 1960, o ensino de história era centrado

na memorização de datas e fatos históricos e comemorações patrióticas, sem quaisquer questionamento. Só vim a ter contato com história em suas várias faces dentro da academia.

A segunda razão em não procurar ocupar-me em lecionar história no ensino médio era por não sentir-me atraído a tal tarefa no momento, adiando o projeto para retomá-lo após aprofundar-me no estudo e pesquisa de temas que me chamaram bastante a atenção durante a licenciatura. De posse do fluxograma, percebi que para o bacharelado exigia-se cursar mais seis disciplinas, a maioria voltadas para a pesquisa. Ingressei como graduado e paralelamente ao cursar as disciplinas complementares para a conclusão do bacharelado, fiz algumas leituras interessantes retomando temas abordados na licenciatura. Aprofundei minhas pesquisas no tema da literatura como fonte de processos históricos, pesquisando e lendo algumas teses bem conhecidas na área, conforme citadas no corpo de minha monografia. Retomei a leitura de algumas obras de Lima Barreto, que tem sido fonte de pesquisa para renomados historiadores e que se tem constituído como material de estudo de inúmeras teses que vem corroborando a importância do estudo de obras literárias com fonte de pesquisa em história.

Neste trabalho de conclusão de curso pretendo resgatar em algumas obras de Lima Barreto, as inquietações deste autor mulato em suas denúncias ao caráter excludente da República, e para tanto na minha pesquisa debruicei-me em vários trabalhos sobre o autor e suas obras, principalmente teses de mestres e doutores em história cujos temas foram focados nas obra de Lima Barreto.

O recorte temporal são as décadas iniciais da Primeira República, época de profundas mudanças políticas e sociais no Brasil, período marcado pelo debate sobre o racismo científico que se refletia nas políticas eugênicas. Teorias e políticas que influenciaram medidas governamentais e o pensamento intelectual nas décadas seguintes. Tomarei o romance social de Lima Barreto, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, escrito em 1911, e sua obra *Os Bruzundangas*, publicado em livro em 1922, após a morte do autor, como objeto de pesquisa.

No capítulo inicial introduzirei alguns conceitos atualizados de historiadores de renome no campo da história política, social e cultural a respeito da Primeira

República e seu caráter de exclusão social. Nos dois capítulos seguintes, pretendo contextualizar a vida e obra do escritor Lima Barreto, seu embate com as políticas de exclusão social com citações no corpo da monografia, de trechos de suas obras. É sabido e defendido por renomados críticos literários que a literatura constitui-se de um complexo produto da imaginação, experiências vividas e ideologias defendidas pelos seus autores. O campo é extenso, com inúmeras obras publicadas, teses e mais teses de doutores e mestres, o que mostra em si que o tema não se esgota e tem atraído a atenção de muitos estudiosos. Há vozes discordantes sobre a literatura com fonte histórica de pesquisa, como citarei no corpo de deste trabalho, contudo são muito mais os que defendem o uso destas fontes. Mas, como afirma Walter Benjamin:

“Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo.”

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

Para um levantamento historiográfico da Primeira República e seu caráter de exclusão social farei utilização de obras de historiadores consagrados, como ‘A Proclamação de República’ de Celso Castro, para quem a gestação da República a 15 de novembro de 1889 foi fruto de uma ação militar, sem nenhuma participação popular, como expressou Aristides Lobo, jornalista republicano da época, tratar-se de um evento ao qual a maioria da população assistira “*bestializada*, atônita, surpresa sem saber o que significa”(CASTRO, 2000, p. 7). Irei buscar subsídios também em José Murilo de Carvalho que em sua obra ‘A formação das almas’ traça a batalha pelo imaginário popular republicano. Para Murilo de Carvalho, os brasileiros foram buscar na França e Estados Unidos os modelos de República e no Brasil pelo menos três correntes ideológicas disputavam a definição da natureza do novo regime – a liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa, e o positivismo. (CARVALHO, 2000, p. 22) Noutra obra do mesmo autor, ‘Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi’, ele mostra que a implantação da República teve nula participação popular em sua proclamação e, nos anos que se seguiram, seus esforços de participação foram em vão.(CARVALHO, 2000, p. 24) Num artigo de Margarida de Souza Neves, intitulado ‘Os Cenários da República – O Brasil na virada do século XIX para o século XX’(NEVES, 2006, P. 13), a autora ressalta a hipótese de que o República brasileira foi obra dos militares, e resultado de descontentamento de setores do exército e fruto das questões militares que se arrastaram desde o fim da guerra do Paraguai, fato que se encontra respaldado nas versões contemporâneas do evento e na atual historiografia. Outro aspecto destacado por Margarida de Souza é o da iconografia dos primeiros anos republicanos. Ela cita, por exemplo, o quadro de Henrique Bernardelli, em que Deodoro, montado em um cavalo branco e com ar triunfal, ocupa todo o primeiro plano da tela, deixando na sombra um grupo fardado e alguns poucos civis que dão vidas à República. A autora aponta ainda outros acontecimentos que preparam o cenário para a proclamação da República, não sendo esta apenas obra de um golpe militar. Margarida cita, como

exemplo, a publicação em 1870 do 'Manifesto Republicano', no primeiro número do jornal 'A República' e que a partir daí o movimento republicano organiza-se em partidos políticos provinciais com a divulgação de seus ideais em jornais da corte e da Província, multiplicando-se os clubes republicanos por todo o país, chegando a eleger dois representantes para a Câmara dos Deputados. E do ponto de vista político, a autora aponta a perda de apoio político da monarquia por parte de setores influentes, como os cafeicultores do vale do Paraíba cujos interesses eram escravistas e do Oeste paulista que consideravam insuficientes os esforços de modernização do Império.

Essa análise historiográfica servirá para ressaltar o modelo excludente do regime republicano na Primeira República e seu estilo avesso aos interesses das classes populares. Reafirmará ainda como as ideias liberais importadas da Europa, principalmente do positivismo de Augusto Comte, do evolucionismo de Charles Darwin e o socialismo científico de Marx e Engels, ao serem aplicadas no Brasil republicano, cuja bandeira imprime em seu emblema a expressão "Ordem e Progresso", causaram profundas transformações sociais no Brasil, afetando diretamente as classes populares. Nas palavras de Margarida de Souza Neves: "Lima Barreto traz para seus romances, contos e crônicas o universo dos pobres e dos subúrbios que se ocultam nos desvãos da capital da ordem e o progresso" (NEVES, 2006, p. 21)

Sobre a relação história e literatura fundamentarei com obras de Walter Benjamin, Pierre Bourdieu, Raymond Williams e Michel de Certeau. Em sua obra 'Cultura' (1992), o autor Raymond Williams aponta para a influência do contexto do autor na produção de seu trabalho ao defender que a função intelectual não pode nunca ser isolada do contexto político-social. Pierre Bourdieu,(1989) em 'O poder simbólico', define a ação histórica como dividida em dois níveis: história objetiva e história incorporada, a qual Bourdieu chama de *habitus*. Essa história incorporada é também encontrada no que Michel de Certeau(1994) classifica de *práticas cotidianas*, em 'A invenção do cotidiano. Artes de fazer'. Em 'Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política' (1993), Walter Benjamin chama esses elementos residuais que influenciam e estão presentes na cultura, de

reminiscências e atribui a elas especial importância na literatura. Ele propõe que o ambiente social no qual o autor está inserido influencia seu trabalho, mesmo quando um autor burguês escolhe uma temática proletária.

O objetivo deste projeto é analisar as denúncias que o autor levanta em suas obras literárias e como sua postura reflete suas ideologias e as pressões sócio-ideológicas sofridas por ele em sua trajetória.

A interdisciplinaridade entre a história e outros saberes, como a literatura, é um fato reconhecido e tem despertado o interesse de historiadores na atualidade. No meu projeto monográfico optei por analisar a importância da literatura como fonte histórica, ressaltando, no entanto, o fato de que os textos, como os literários, não mantêm uma relação de transparência com a realidade, como nos adverte Chartier:

"A relação do texto com o real (que se pode talvez definir como aquilo que o texto por si mesmo coloca como real, constituindo-se como um referente situado fora de si) se constrói segundo modelos discursivos e recortes intelectuais próprios a cada situação de escrita. O que conduz, primeiro, a não tratar as ficções como simples documentos, reflexos realistas da realidade histórica, mas em colocar sua especificidade enquanto texto situado em relação com outros textos e cujas regras<sup>1</sup> de organização como a elaboração formal visam a produzir outra coisa além de uma descrição" <sup>1</sup>

O recorte temporal são os anos iniciais da Primeira República, tempo de profundas mudanças políticas com quase nenhuma participação popular, conforme análise historiográfica esboçada no primeiro capítulo. As obras literárias objeto da análise são o romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, escrito em 1911, e sua obra satírica *Os Bruzundangas*, escrito em 1922.

Num primeiro capítulo apresentarei, sob o prisma da história política, social, cultural e econômica, os conceitos de renomados historiadores sobre a

---

<sup>1</sup>CHARTIER, Roger. "Histoire intellectuelle ET histoire des mentalités. Trajectories et questions". In: CHARTIER, Roger et alii. *La sensibilité dans l'histoire*. Paris: Gérard Monfort, 1987, p. 34.

Proclamação da República, seus fundadores, e o caráter excludente do governo republicano.

No segundo e terceiro capítulos procurarei contextualizar Lima Barreto e sua obra, com destaque para o romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma* e sua obra satírica *Os Bruzundangas*, no tecido social onde se deu a Proclamação da República. O caráter autobiográfico e humor satírico presente na obra de Lima Barreto, conforme as citações de trechos no corpo da monografia vai confirmar a afirmação de historiadores a cerca da ausência popular e da exclusão social como característica da Primeira República.

Na conclusão da monografia e fundamentado em trabalhos históricos e literários, procurarei destacar o quanto a literatura contribui como documento para análise e compreensão dos fatos históricos, ressaltando-se seus limites.

Como licenciado em Letras pude atestar a valor da literatura como fonte histórica capaz de corroborar dentre de seus limites, é claro, fatos históricos bem como proporcionar prazer ao percebermos as relações de tensão entre as duas estruturas: históricas e literárias.

A leitura de autores consagrados pela crítica como Lima Barreto, Machado de Assis, Euclides da Cunha, Aluísio Azevedo, Raul Pompéia e tantos outros, para se prender apenas a literatura brasileira, e o contato com a crítica literária de suas obras, despertaram em mim o gosto pela história ao perceber a inter-relação dos aspectos ficcionais dessas obras com fatos conhecidos da história. Especialmente a leitura de Lima Barreto causou-me profunda impressão, ao dar-me conta do seu humor satírico contra a política e as contradições de sua época, os anos iniciais da Primeira República. Daí, a escolha do presente tema desta monografia.

## CAPITULO I: CONCEITUANDO A PRIMEIRA REPÚBLICA E SEU CARÁTER EXCLUDENTE

Apresento um levantamento historiográfico da Primeira República. Com base nos trabalhos de Celso Castro, Jose Murilo de Carvalho, e Margarida de Souza Neves, desejo mostrar o caráter excludente que marcou a Primeira República, a origem dos ideais republicanos de seus defensores e a reação do povo, das classes menos favorecidas.

Celso Castro (2000) em *A Proclamação da República* descreve assim o 15 de novembro:

... “apenas uma “proclamação”, um anúncio público de que a Monarquia havia sido substituída pela República. Sem luta, sem sangue, sem mortes. Para os que na época defendiam os republicanos, prova cabal de que a Império já estava a muito com os dias contados e que a nova forma de governo amanhecera no espírito do povo brasileiro. Para os monarquistas, a proclamação fora apenas uma quartelada que inseria o Brasil no triste quadro das outras nações sul-americanas, marcadas por inúmeros pronunciamentos militares”. (CASTRO, 2000, p. 7)

Na concepção de Celso Castro a gestação da República a 15 de novembro de 1889 foi fruto de uma ação militar, sem nenhuma participação popular, como expressou Aristides Lobo, jornalista republicano na época, tratar-se de um evento ao qual a maioria da população assistira “*bestializada*, atônita, surpresa sem saber o que significa”. (CASTRO, 2000, p. 7)

Na análise do autor o Golpe de 1889 – ou *A Proclamação da República*, como passou a história – foi um momento-chave no surgimento dos militares como protagonistas no cenário político brasileiro. Tal República então “proclamada” sempre esteve marcada pela ação militar. Os republicanos civis que havia no final do Império estiveram ausentes da conspiração. Quem foram então os militares envolvidos nesta conspiração? Quem se dirigiu ao campo de Santana na manhã de 15 de novembro de 1889 com a disposição de derrubar o Império?

Na visão de Celso Castro não havia coesão nem mesmo entre os militares, quase não houve participação da Marinha, no Exército, dentre os generais apenas Deodoro esteve presente, sendo que o que mais se destacou não exercia posição de comando, o tenente-coronel Benjamin Constant, professor de matemática na Escola Militar.

Os conspiradores resumiam-se a um conjunto de oficiais de patentes inferiores do Exército (alferes-alunos, tenentes e capitães), que possuía educação superior ou “científica” obtida durante o curso da Escola Militar na linguagem da época, constituída a “Mocidade Militar”. (CASTRO, 2000 p. 9)

Castro apresenta Deodoro como um chefe Militar levado ao confronto com o governo, motivado pelo que imaginava ser a defesa da “Honra” do Exército e algumas particularidades da política do Rio Grande do Sul, que havia chefiado há pouco. Não havia convicções republicanas em Deodoro. Esta visão difere da historiografia tradicional que classifica Deodoro como símbolo de união de todo o Exército ou dos oficiais mais ligados.

Discordando dos autores principalmente os ligados a transição positivista que destacam a liderança de Benjamim Constant sobre a “mocidade militar”, Celso Castro atribuía a “mocidade militar” o papel de protagonista da conspiração republicana no interior do Exército. Foram eles quem seduziram-no e converteram-no ao ideal republicano. Resgatando a formação desses jovens militares na escola militar, o autor os descreve como influenciados pelo cientificismo que predominava na época – uma mistura eclética de diversas doutrinas: positivismo, evolucionismo, monismo. Junto ao cientificismo havia a valorização do Princípio do Mérito. Havia um grande ressentimento em relação aos bacharéis em direito que dominavam a ordem monárquica. Num Exército que não se modernizava e no isolamento, esses oficiais ressentidos desenvolveram características ideológicas distintas que em grande parte eram contrárias as da elite civil. (CASTRO, 2000, p. 17)

Celso Castro acrescenta ainda a forte atração estética que a imagem da República exercia sobre a “mocidade militar”, sendo a sua imagem feminina e representada sempre como uma mulher. Um episódio da vida de Euclides da Cunha ilustra esse atrativo pela imagem feminina da República. Conta-se que ele acompanhado de alunos da Escola Militar, no dia 16 de novembro de 1889, foi a uma reunião na casa do major Sólton Ribeiro, para comemorar a República. Foi nessa ocasião que o jovem Euclides da Cunha conheceu a jovem Ana, filha do oficial e com quem meses mais tarde viria a se casar. Diz-se que ao sair Euclides deixou na mão da menina um bilhete com os dizeres: “Entrei aqui com a imagem da República e parto com a tua imagem...”. (CASTRO, 2000, p. 27)

Esse era o perfil dos oficiais da Escola Militar. Esses oficiais tiveram papel importante na “Questão Militar”, comandada pelo Marechal Manuel Deodoro da Fonseca. A “questão militar” teve início (1886-1887), quando dois oficiais do exército, os coronéis Cunha Matos e Sena Madureira sofreram repreensão do governo por declarações feitas à imprensa. Este episódio levou a um clima de tensão entre os militares e o governo com a exoneração de Deodoro de suas funções como Comandante e Presidente em exercício da província do Rio Grande do Sul, e sua transferência para o Rio de Janeiro. Outros acontecimentos se deram até a assinatura por Deodoro e o General Câmara do manifesto “ao parlamento e a nação”.

Foi um momento decisivo da história brasileira em que grupos militares afirmavam publicamente a existência de uma “Classe Militar” em oposição ao governo. Outros acontecimentos sucederam-se envolvendo agora o major Benjamin Constant Botelho de Magalhães, professor de matemática na escola militar. Sua afiliação ao positivismo e suas afinidades com os ideais republicanos levavam-no a posição de líder da “mocidade militar”. Embora republicanos civis apoiassem os militares em suas questões contra o governo, esses não tiveram participação nenhuma no desfecho que levaria a “Proclamação da República”. Para Celso Castro, o golpe foi militar em sua organização e execução. Os políticos republicanos civis exerceram um papel importante apenas na organização do novo regime. A República é proclamada sem resistência e na noite de 15 de novembro se formou o governo provisório assim composto: Deodoro (Presidente), Benjamin (Guerra), Quintino Bocaiúva (Relações Exteriores), Rui Barbosa (Fazenda), Aristides Lobo (Interior), Campos Sales (Justiça), Eduardo Wandenkolk (Marinha) e Demétrio Ribeiro (Agricultura). (CASTRO, 2000, p. 70)

O primeiro decreto republicano dizia em seu 1º Artigo: “Fica proclamada provisoriamente e decretada como forma de governo da nação brasileira – a República Federativa”. Provisória por que o artigo 7º decretava que “o pronunciamento definitivo da nação, livremente expressado pelo sufrágio popular”, consolidaria essa nova forma de governo. Isso só se deu em plebiscito realizado 104 anos mais tarde. A “Proclamação da República” foi marcada pela surpresa da classe civil e nenhuma reação do governo, após o sucesso do golpe de 15 de novembro de 1889. Foi na visão de Celso Castro uma ação estritamente militar que derrubou o regime Monárquico. Embora reconheça que existia entre os militares, especialmente os mais jovens como os alunos da escola militar, ideais

republicanos e positivistas, Celso Castro atribui a queda da monarquia como resultado mais de uma questão puramente militar com o governo. (CASTRO, 2000, p. 76)

José Murilo de Carvalho (2000) em *A formação das almas*, traça a batalha pelo imaginário popular republicano. Para o autor havia no Brasil pelo menos três correntes na disputa pela definição da natureza do novo regime – o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa, e o positivismo. ( CARVALHO, 2000, p. 22

Os brasileiros foram buscar na França e Estados Unidos os modelos de República. Como descrito anteriormente em outra obra, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. Murilo Carvalho mostrou que implantação da República teve nula participação popular em sua proclamação e nos anos que se seguiram seus esforços de participação foram em vão. Agora neste novo estudo Murilo mostra que a opção Republicana era substituir um governo e construir uma nação. Que posições o grupo Republicano apoiaria?

Havia os proprietários rurais, especialmente os paulistas. Em São Paulo existia o partido Republicano formado por proprietários rurais e o mais organizado do país. A província vivia um surto de expansão do café e sentia-se asfixiada pela centralização do Regime Monárquico. Para esses proprietários rurais, a República ideal era sem dúvida o modelo americano, com ênfase no federalismo e na defesa dos interesses particulares.

Já o setor da população urbana que composto de pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores e estudantes não se sentia atraído pelo jacobinismo, nem o modelo liberal americano. Sentiam-se mais atraídos pela versão positivista da República com seus ideais, como a condenação da Monarquia em nome do progresso, a separação entre igreja e estado. E a idéia de Ditadura Republicana, com o apelo a um executivo forte e intervencionista servia bem aos seus interesses.

Esse modelo atraiu também os militares embora as teses positivas fossem de encontro ao um governo militar. Houve uma fase jacobina no segundo governo da República sobre o Marechal Floriano Peixoto. A geração intelectual da Primeira República (1889- 1930), esteve em busca de uma identidade coletiva para o país, de um base para a construção da nação, marcado por forte sentimento nacionalista diante do desencanto geral com o novo regime implantado em 15 de novembro de 1889. (CARVALHO, 2000, p. 24)

Numa visão diferente da esboçada por Celso Castro, José Murilo de Carvalho afirma que o advento da República não pode ser reduzido à questão militar e a insurreição das unidades militares aquarteladas em São Cristóvão, embora reconheça que o ato de sua instauração sob um golpe militar tenha valor simbólico levando os protagonistas do novo regime a lutar por sua definição histórica. Deodoro, Benjamim Constante, Quintino Bocaiúva e Floriano Peixoto são personagens que estiveram em luta constante pela delimitação do papel de cada um que se perpetuaram entre os seus defensores. Por trás desta luta há disputas de poder e há visões distintas sobre a natureza da República, nas palavras de Murilo de Carvalho. (CARVALHO, 2000, p. 35)

Numa análise da Proclamação da República de 15 de novembro de 1889, Margarida de Souza Neves (2006), em seu artigo *Os Cenários da República – O Brasil na virada do século XIX para o século XX*, resulta a hipótese de que a República brasileira foi obra dos militares, e resultado do descontentamento de setores do exército e fruto das questões militares que se arrastaram desde o fim da guerra do Paraguai, fato que encontra respaldo nas versões contemporâneas do fato e na historiografia. (NEVES, 2006, p. 26)

A autora cita o trabalho de Celso Castro (2000), o testemunho escrito de Aristides Lobo afirmando ter o povo assistido ao desenrolar dos fatos daquele dia “*bestializado*, atônito, surpreso sem conhecer o que significava”. Aristides Lobo, jornalista republicano e futuro Ministro do Interior, teria dito também: “Por ora, a cor do governo é puramente militar e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula” (citado em Carone, 1969, p. 289).

A iconografia dos primeiros anos republicanos também sublinha o papel do Exército. Margarida de Souza cita o quadro de Henrique Bernardelli em que Deodoro, montado em um cavalo branco e com ar triunfal, ocupa todo o primeiro plano da tela, deixando na sombra um grupo fardado e alguns poucos civis que dão vivas à República.

Entretanto, a autora, sob uma perspectiva do tempo cronológico que antecede ao 15 de novembro vê outros acontecimentos que prepararam o cenário para a proclamação da República, não sendo esta apenas obra de golpe militar. Margarida de Souza Neves cita, por exemplo, a publicação em 1870 “Manifesto Republicano”, no primeiro número do Jornal “A República”. Após o manifesto, o movimento republicano organizava-se em partidos políticos provinciais com a divulgação de seus ideais em jornais da corte e da

Província, multiplicam-se os clubes republicanos por todo o país, chegando a eleger dois representantes para a Câmara dos Deputados.

O catecismo republicano de auditoria de Alberto Sales com uma tiragem de 10.000 exemplares – excepcional para a época e com distribuição gratuita.

Do ponto de vista da política, Margarida de Souza Neves, aponta a perda de apoio político da monarquia por parte de setores influentes, como os cafeicultores do vale da Paraíba com interesses escravistas e do Oeste paulista que consideravam insuficientes os esforços de modernização do Império.

Somem-se a isso os descontentamentos militares, a pouca habilidade da política imperial para lidar com os interesses corporativos da Igreja Católica, a saúde debilitante do monarca e a questão dinástica com a possibilidade da princesa Isabel subir ao trono devido a ausência de um herdeiro homem, sendo a mesma sem popularidade entre os fazendeiros escravistas e cujo marido, o Conde d'EU desfrutava de antipatias generalizadas. A propaganda dos partidários da República como Silva Jardim. Todos esses fatores minavam o terreno da Monarquia brasileira – uma garantia da reprodução da ordem escravista. Estava pavimentando o caminho republicano quando o golpe militar fez ruir o Estado Imperial em novembro de 1889, na conclusão de Margarida de Souza Neves.

Na análise de Margarida de Souza Neves, “talvez apenas o povo das ruas da capital, que o tido assistira *bestializado*, no dizer de Aristides Lobo assim como o povo pobre do interior, das vilas, capitais e províncias, intuisse que toda aquela agitação nada mudaria em suas vidas”. Para a autora, em novembro de 1889 a República foi apenas proclamada, e caminharia em terreno movediço e indefinido como República brasileira até a década de 1930.

Da análise desses três historiadores, Celso Castro, José Murilo de Carvalho e Margarida de Souza Neves, percebe-se o caráter excludente do regime republicano na Primeira República e seu estilo avesso aos interesses das classes populares. As idéias liberais importadas da Europa, principalmente do positivismo de Augusto Comte, do evolucionismo de Charles Darwin e socialismo científico de Marx e Engels ao serem aplicadas no Brasil republicano, cuja bandeira imprime em seu emblema a expressão “Ordem e Progresso”, causaram profundas transformações sociais objeto da crítica social

e denúncia de Lima Barreto. Nas palavras de Margarida de Souza Neves, “Lima Barreto traz para seus romances, contos e crônicas o universo dos pobres e dos subúrbios que se ocultam nos desvãos da capital da ordem e do progresso”. (NEVES, 2006, p. 21)

Concluído o levantamento historiográfico da Primeira República baseando-me nos trabalhos já citados, farei no capítulo dois a contextualização da vida e da obra de Lima Barreto e sua crítica social. Sendo a obra do autor muito vasta, incluindo romances, contos, artigos de jornais e crônicas, selecionarei trechos do seu romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, escrito em 1911, e o obra satírica *Os Bruzundangas*, de 1922.

## CAPITULO II: CONTEXTUALIZANDO A OBRA E A VIDA DE LIMA BARRETO

### NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Uma remendada tolice que foi a tal República.

No fundo, o que se deu em 15 de novembro

foi a queda do partido liberal e a subida

do conservador, sobretudo da parte mais

retrógrada dele, escravocratas de quatro costadas

Lima Barreto.<sup>2</sup>

Neste capítulo pretendo mostrar o valor da literatura como documento, ressaltando-se as suas limitações, para elucidar fatos históricos já consagrados pela historiografia. Apresentarei com base em estudos históricos e literários, citações de trechos da obra de Lima Barreto, dentro desta contextualização da literatura com a história, após um levantamento biográfico do autor.

Alfredo Bosi(1994) em *História Concisa da Literatura Brasileira*, apresenta um quadro biográfico de Afonso Henriques de Lima Barreto que nos ajuda a entender sua obra ficcional e as relações de tensão entre essa e as estruturas históricas, marcadamente entender o cotidiano vivido por Lima Barreto no período político conturbado marcado pela Primeira República. O escritor Lima Barreto, nasceu no Rio de Janeiro em 1881, filho de um tipógrafo e de uma professora primária, ambos mestiços, vindo a falecer em 1922 aos 43 anos. A origem das camadas trabalhadoras, a cor, a vida penosa de jornalista pobre e de pobre amanuense, aliados a viva consciência da própria condição social, motivaram aquele seu socialismo maximalista, tão emotivo nas raízes quanto penetrante nas análises, que explica o humos ideológico da sua obra. (BOSI, 1994, p. 357). Seu nascimento nos momentos finais da Monarquia, e, breve vida, nos cambaleantes anos incipientes de um governo republicano e a crise social vivida no país forneceram-lhe elementos para sua criação literária. Eis a trajetória de Lima Barreto. Órfão da mãe aos sete anos; com a Proclamação da República em 1889, seu pai é

demitido da Imprensa Nacional, vítima de perseguição política, onde ingressara pelas mãos do Visconde de Ouro Preto, monarquista. Vai morar com o pai na Ilha do Governador, onde o ex-tipógrafo trabalhará como almoxarife na Colônia de Alienados.(BOSI, 1994, p. 357)

Protegido pelo visconde, seu padrinho, Lima Barreto pôde completar o curso secundário. Ingressa na Escola Politécnica do Rio de Janeiro para cursar engenharia civil. Agora na Politécnica, com 16 anos, o adolescente iria sentir na pele o peso do preconceito. Naquele reduto de jovens da mais alta classe social, cheios de dinheiro, elegantes, gente influente, o mulato de origem humilde sentia-se um estranho no ninho. Seu refúgio era a biblioteca, e após um período de irregularidades e reprovações constantes viu-se obrigado a abandonar o curso de engenharia na Politécnica.

Seu pai, João Henriques, enlouqueceu, sendo então internado na colônia, deixando-lhe uma pesada herança: os irmãos menores, a companheira do pai e os filhos dela além de um velho que morava com a família. Lima Barreto presta concurso para amanuense, começando a trabalhar em 1903, no Ministério da Guerra. Mais uma vez o mulato sente o peso das diferenças sociais e as transformações no cotidiano das classes que viviam no Rio de Janeiro no limiar da Primeira Republica.

As obras de saneamento e embelezamento do Rio de Janeiro estavam em pleno vapor na gestão do presidente Rodrigues Alves. Empurrado para a periferia da cidade como acontece com as classes pobres do Rio de Janeiro de então, Lima Barreto faz na sua terceira mudança. Do bairro das Laranjeiras, quando o Rio de Janeiro vivia os dias finais do agonizante Império, para a Ilha do Governador, com a demissão de seu pai, tipográfico e monarquista por perseguição dos republicanos com a Proclamação da República. Em 1889, tendo sido posto naquele órgão oficial pelo então Visconde de Ouro Preto, também monarquista. Seu pai vai trabalhar como almoxarife na colônia de alienados mentais, onde será mais tarde internado vítima de loucura. A doença do pai, as dificuldades financeiras e o próprio tecido social excludente fruto do novo regime republicano que se instala no país e das mudanças sociais vividas no Rio de Janeiro, obriga Lima Barreto a mudar-se pela terceira vez com sua família e os agregados para um subúrbio. Seu novo endereço Rua: Boa Vista, no subúrbio de 'Todos os Santos'.

As mudanças e a miséria na vida de Lima Barreto, a pressão social vivenciada na Escola Politécnica e seu trabalho burocrático e enfadonho no Ministério da Guerra como

amanuense mais tarde seriam vivenciados pelos personagens de seus romances. As grandes transformações sociais empreendidas com a Proclamação da República, especialmente na capital, Rio de Janeiro, serviram de pano de fundo para o romance social de Lima Barreto.

Como funcionário do Ministério da Guerra, colaborador da imprensa, frequentador dos cafés do centro da capital e morador em subúrbio, Lima Barreto conhecia de perto os problemas sociais vividos pelas classes sociais mais baixas a que pertencia. No ministério da Guerra convivia com a alta cúpula militar, nos cafés convivia com estudantes, políticos, jornalistas, artistas e boêmios, integrantes da vida intelectual e política da cidade. Já no subúrbio onde morava e a caminho para o trabalho nos bondes da cidade, ele via de perto a miséria a que estava sujeita as classes mais pobres. O Rio de Janeiro no começo do século retratados nos escritos de Lima Barreto, vivia uma época de transformações, com os negros libertos morando em favelas.

O escritor tendo-se familiarizado com a literatura de ficção europeia do século XIX, especialmente com a melhor tradição realista e social, foi um dos raros intelectuais brasileiros que conhecera os grandes romancistas russos. Suas leituras eram um consolo diante da revolta contra as injustiças e os preconceitos de que se sabia vítima, viveu em constantes fases de depressão e entregava-se com frequência a bebida, sendo internado por duas vezes no hospício nacional.

E nesse período conturbado de sua vida que Lima Barreto se entrega a produção de sua obra literária de caráter autobiográfico e humor satírico na sua crítica social. Em 1909, com apenas 18 anos sai a publicação de *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*; *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, em 1911 em folhetins do Jornal do Comercio, sendo publicado em livros às custas do próprio escritor, em 1915. *Numa e Ninfa*, 1915. *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, 1919 e *História e Sonhos*, 1920. Outras obras suas só foram publicadas postumamente, como o romance *Clara dos Anjos*, 1948. As obras satíricas, como *Os Bruzundangas*, 1922 e *Coisas do Reino de Jambon*, 1953; Os contos *Outras Histórias* e *Contos Argelinos* 1952; Artigos e crônicas, como *Bagatelas*, 1923, *Feiras e Mafuas*, 1953, *Marginália*, 1953, e *Vida Urbana*, 1953. Do gênero memórias temos, *Diário Intimo*, e o *Cemitério dos Vivos*, 1953. *Impressões de Leitura*, crítica, 1956 e *Correspondência Ativa e Passiva*, em 1956. (BOSI, 1994, p. 358)

Lima Barreto viveu em um período significativo da história do Brasil. Nascido no moribundo e decadente império nos anos finais do século XIX, ainda criança completava 7 anos quando no Brasil foi assinada a Lei Aurea, a 13 de maio de 1888, oficializando o fim da escravidão no país, sem contudo eliminar os preconceitos vividos numa sociedade profundamente desigual. Com a Proclamação da República a 15 de novembro de 1889, instaura-se no Brasil a Primeira República (1889-1936), e o país passa por significativas transformações no plano econômico e social. Com o processo de industrialização acelerado com a construção de fábricas e usinas; com a ampliação da agricultura, as lavouras de café, cacau e cana-de-açúcar atravessam período de grande prosperidade. A República quer representar a modernidade que se instala no país. O Rio de Janeiro passa por um processo de saneamento e embelezamento, para dar a sensação de estar em harmonia com o progresso e a civilização mundiais. A classe dominante seguia à risca a moda europeia.

Nesse meio tempo surge nos centros urbanos uma classe média constituída de burocratas, comerciantes e profissionais liberais que exige maior participação no processo econômico e político. O centro econômico e cultural passa para o sudeste do país. São Paulo urbaniza-se rapidamente e instaura-se a política do café-com-leite com a alternância no poder dos senhores do café, paulistas, e dos senhores do gado, mineiros. Com o desenvolvimento capitalista agrícola, intensifica-se a imigração com a indústria ainda insipiente necessitando de mão de obra. Com esses imigrantes vem as ideias socialistas e anarquistas disseminando-se no Brasil, e com o crescimento dos setores operários, brancos, mulatos e negros se aproximam e começam a organizarem-se politicamente na tentativa de melhorar as duras condições de vida a que são submetidos. Com a urbanização e em decorrência do desenvolvimento comercial e industrial ocorre nos centros urbanos, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, a multiplicação de lojas, confeitarias, salões elegantes, espetáculos teatrais, e os famosos cafés, onde Lima Barreto foi inscrito pelo seu amigo do Ministério do Exército, Domingos Ribeiro Filho, Boêmio, escritor e revolucionário. Foi nesse reduto de artistas, estudantes, jornalistas e boêmios que o romancista conviveu com a vida intelectual e política da cidade do Rio de Janeiro.

No período entre a virada do século XIX para o século XX, São Paulo e Rio de Janeiro estabeleceram-se como polos centralizadores e difusores de moda e costumes, com a economia e a política fortemente assentada nestes dois centros. Outras

transformações levaram a modernização da imprensa, em destaque neste período para algumas revistas do Rio de Janeiro que se voltaram para a classe média da sociedade brasileira. A revista *Fon-Fon*, a *Careta* e *O Malho*, esta com uma visão crítica da sociedade brasileira. Nesse mesmo período. Surge uma pequena imprensa de protesto. Em São Paulo, *O Operário*, de tendência socialista, cujo redator Euclides da Cunha se destaca; E no Rio de Janeiro o periódico *A Lanterna*, que conta com a colaboração de Lima Barreto. A grande imprensa se ajusta aos interesses capitalistas.

Com o crescimento industrial e os industriais cada vez mais ricos aumenta a desigualdade social. Esses proprietários das indústrias, ao invés de contratarem brasileiros pobres e ex escravos tidos como desclassificados para o trabalho industrial, vão em busca de mão de obra dos imigrantes europeus. Esse contrastante progresso vêm só acentuar os fortes contrastes da realidade brasileira- uma crônica desigualdade social. Segundo Ângela Marques da Costa, “os brasileiros pobres e ex escravos representam uma minoria nas fábricas e vagam pela cidade atrás de biscates: como carregadores, carroceiros, vendedores ambulantes, lavadores de roupa”.(COSTA, 2000, p. 37)

Essas desigualdades sociais resultam em manifestos populares, tais como: a *Revolta de Canudos* ocorrida no final do século XIX, na Bahia, tema de *Os Sertões* (1902), obra literária de Euclides da Cunha; *A Revolta da Vacina* (1904) ocorrida no Rio de Janeiro, uma manifestação popular contra a vacinação obrigatória idealizada por Oswaldo Cruz; *A Revolta da Chibata* (1910) tendo como líder João Cândido, o Almirante negro, contra o castigo corporal na Marinha. Esses momentos tão distintos entre si e carregavam o mesmo princípio que era a rebelião contra o alto custo de vida, o desemprego e os rumos da República. De fato, como já foi dito no início desta contextualização da obra e vida de Lima Barreto, a virada do século XIX no Brasil foi um momento de grande transformações sociais e políticos, com a Abolição da Escravatura em 1888, a Proclamação da República em 1889 e todas as mudanças sociais que se seguiram em grande parte fruto do modelo político, econômico e social importado da Europa, como os ideias do **positivismo** de Augusto Comte, o **socialismo científico** de Marx e Engels, com a publicação do **manifesto comunista** em 1848 definido o materialismo histórico e a luta de classes, e o **evolucionismo** de Charles Darwin, com a publicação em 1859, de *A Origem das Espécies*, livro que nega a origem divina defendida

pelo cristianismo, ao expor os estudos sobre a evolução, pelo processo de seleção natural.

Lima Barreto estava bem familiarizado com todas essas ideias importadas da Europa pelo Brasil. E ele pôde assistir de perto e sentir na própria pele a miséria e o preconceito a que foi submetido junto com as classes populares do Rio de Janeiro, onde nasceu e morreu. Morando no subúrbio, trabalhando no Ministério da Guerra e frequentando os cafés elegantes da alta sociedade carioca, Lima Barreto encontrou elementos sociais que possibilitaram a criação literária em seu humor crítico, satírico e denunciatório das desigualdades sociais da sociedade carioca, no final do século XIX e da política desastrosa da Primeira República.

Analisemos então o romance social de Lima Barreto, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, com algumas interseções de *Os Bruzundangas*, com base na obra *Alegorias do Brasil: imagens de brasilidade...*, de Idilva Maria Pires Germano(2000):

*Triste Fim de Policarpo Quaresma*, romance escrito em 1911, pode ser entendido como um discurso metafórico da construção imaginária do Brasil e da sua gente, e que nos remete a episódios históricos e fictícios ocorridos durante a presidência de Floriano Peixoto (1891-1894). Lima Barreto usa de uma linguagem irônica e humor satírico característico seu. No enredo, o percurso do herói Quaresma, que parte de uma visão patriótica e utópica aprendida nos livros rumo a uma dolorosa consciência do Brasil concreto, ilustra o distanciamento das elites econômicas e intelectuais do cotidiano das massas. Nesse romance social a figura cumpre um papel missionário, no sentido definido por Sevcenko: a ficção não se presta apenas à fruição, mas apresenta papel de conscientização e resolução de problemas da vida real.

O texto narra o esforço do major Policarpo Quaresma para contribuir para a grandeza do Brasil, com base no seu patético patriotismo. Seus sentimentos cívicos, vindos desde a juventude, são ilustrados no seu empenho de aprender o violão, as modinhas e o folclore do país, nas suas leituras restritas a temas brasileiros de cunho apologético das coisas nacionais, no seu estudo do tupi-guarani, no seu desejo de solucionar os problemas da pátria:

*Policarpo era patriota. Desde moço, aí pelos vinte anos, o amor da Pátria tomou-o todo inteiro. Não fora um amor comum, palrador e vazio; fora um*

*sentimento sério, grave e absorvente. Nada de ambições políticas ou administrativas; e o que Quaresma pensou, ou melhor, o que o patriotismo o fez pensar, foi num conhecimento inteiro do Brasil, levando-o a meditações sobre os seus recursos, para então apontar os remédios, as medidas progressivas, com pleno conhecimento de causa* (Barreto, 1983: 31).

O ufanismo do major recrudescer a ponto de enviar para a Câmara um requerimento solicitando a decretação do tupi-guarani como a língua oficial do povo brasileiro. A troça com que a petição foi recebida e as críticas e pilhérias desferidas ao seu autor o levam ao hospício. Curado dos delírios, mas não ainda do tenaz patriotismo, Quaresma vai sucessivamente tentando concretizar as idéias ufanistas aprendidas nos manuais de história. Aposentado, o major adquire um sítio longe da cidade e para lá se muda com firme intenção de cultivar variadas culturas “nos terrenos mais férteis do mundo”, não por ambição pecuniária, mas para demonstrar as superioridades do Brasil:

*Então pensou que foram vãos aqueles seus desejos de reformas capitais nas instituições e nos costumes: o que era principal à grandeza da pátria estremecida, era uma forte base agrícola, um culto pelo seu solo ubérrimo, para alicerçar fortemente todos os outros destinos que ela tinha de preencher* (Barreto, 1983: 67).

O sonho agrícola do major, entretanto, se esvai com as saúvas, com os impostos exorbitantes, com a falta de uma política de incentivo ao camponês, com as mesquinhas promovidas pelos mandachuvas locais, com a apatia que tais obstáculos geram no homem do campo. Sem se deixar abater, mais uma vez reformula suas ideias patrióticas. A saída para o país estaria em reformas mais amplas e radicais:

*(...) tornava-se necessário refazer a administração. Imaginava um governo forte, respeitado, inteligente, removendo todos esses óbices, esses entraves, Sully e Henrique IV, espalhando sábias leis agrárias, levantando o cultivador... Então sim! O celeiro surgiria e a pátria seria feliz* (Barreto, 1983: 101).

Sim, a alternativa seria, portanto, oferecer o seu entusiasmo e a sua madureza para o projeto de reforma administrativa. Ao dar com as notícias da Revolta da Armada, percebe a oportunidade para realizar suas novas idéias. Telegrafia ao marechal Floriano Peixoto pedindo “energia” e afirmando a sua ida imediata à capital. Havia elaborado um memorial onde expunha os problemas rurais advindos da “grande propriedade, das exações fiscais, da carestia de fretes, de estreiteza dos mercados e das violências políticas”. Entrega-o diretamente ao marechal Floriano Peixoto, que o recebe displicente e

aborrecido. No encontro, o marechal sugere ao tenente-coronel presente que aproveite o Quaresma no seu batalhão. Lá, dedica-se aos manuais de artilharia, balística e ciências afins com grande interesse e motivação patriótica para melhor servir ao país.

Quaresma começa a duvidar do governo forte do presidente, quando este lhe diz que o considera um “visionário”, em resposta à sua pergunta de como o marechal avaliara as idéias contidas no memorial. Mas ainda alimentava a esperança de que, passando o momento de crise política, mais atenção seria dedicada às suas propostas.

Quando posto em combate Quaresma vivencia todos os horrores da guerra, as tiranias da oficialidade, as motivações menores que levavam ao conflito, o despotismo, desiludindo-se ao presenciar a escolha a esmo dos prisioneiros que seriam fuzilados sem julgamento e clandestinamente. Escreve ao presidente sua carta de protesto contra essas atrocidades, resultando em sua prisão, sendo considerado um traidor. Na prisão, aguardando o seu fim, ele repensa a sua vida e seus sonhos quiméricos de pátria, consciente de que gastara toda a sua juventude e energia atrás de uma ilusão sem fundamento.

O país é tema importante na literatura de Lima Barreto, a ser decifrado com indignações e revolta ao longo do *Triste fim de Policarpo Quaresma*, e também nas crônicas, na sua sátira, contos e confissões íntimas. Neste trabalho tenho a simples pretensão de pormenorizar o imaginário acerca do Brasil construído por Lima Barreto nesse seu romance mais célebre.

O romance de Lima Barreto não apenas permite reconstruir a nossa *Belle Epoque* e suas tensões sociais, apresentadas na minuciosa descrição da vida burguesa e suburbana do Rio de Janeiro da virada do século, proporciona o acesso às imagens, desejos e sonhos dos brasileiros perdedores da História:

*A literatura, portanto, fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram. Ela é o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos* (Sevcenko, 1983: 21).

Com efeito, a escrita singular de Lima Barreto o faz não somente descrever com grande sensibilidade e ironia o quadro de um Brasil que viveu, mas, principalmente, criticar, elucidar e opor resistência àquela classe de brasileiros que procuravam vencer a qualquer custo. Sua vida marginal, marcada pelo alcoolismo, pela proximidade da loucura,

pela pobreza renitente e pelo complexo de ser “mulato sem disfarce”, contribuiu para um olhar mais próximo dos “homens vencidos” de seu tempo.

Em *Triste fim...*, o temo do ufanismo é pensado de um modo contrastante com o espírito entusiástico dos primeiros anos da República. De que lugar social fala Lima Barreto a ponto de destoar das outras vozes de intelectuais do seu momento histórico? Embora pertencendo à comunidade letrada do país e tendo cursado alguns anos de engenharia na Politécnica, Lima Barreto não se via como elite *stricto sensu*. Mas a arrogância dos que fizeram a República, entre eles os positivistas e os jacobinos, o distanciava do binômio Política-Letras. Ele estava mais próximo do povo, este à mercê da tirania dos militares e do elitismo da intelectualidade. Francisco de Assis Barbosa, seu biógrafo, reproduz uma reminiscência de Lima Barreto que explica parte de sua aversão ao regime republicano, ou melhor, aos homens que o representavam: “Da tal história da proclamação da república, só me lembro que as patrulhas andavam nas ruas, armadas de carabina e meu pai foi, alguns anos depois, demitido do lugar que tinha” (Barbosa, 1981 :36).

Em março de 1915, no *Correio da Manhã*, o autor daria a mesma impressão sobre o advento da República:

*Sempre fui contra a república. (...)*

*Não tinha naqueles tempos outras cogitações que na fossem a de glória, a da grande, imensa glória, feita por mim sem favor, nem misericórdia, e vi que a tal república, que tinha sido feita, espalhava pelas ruas soldados embalados, de carabinas em funeral.*

*Nunca mais a estimei, nunca mais a quis. (...)*

*O nosso régimen atual é da mais brutal plutocracia, é da mais intensa adulação dos elementos estranhos, aos capitalistas internacionais, aos agentes de negócios, aos charlatões tintos com uma sabedoria de pacotilha. (...)*

*Eu, há mais de vinte anos, vi a implantação do régimen. Vi-a com desgosto e creio que tive razão (Barreto, 1956b:80-1).*

As atribulações por que passou o autor ao longo de sua vida condicionaram uma escrita magoada e rebelde, capaz de fornecer uma visão dos fatos bem diferentes senão opostas às imagens deixadas pelos brasileiros, intelectuais ou não, que tiveram a sorte ou a arte de usufruir as vantagens materiais e morais da ascensão social. Com efeito, almejou ardentemente a glória literária como coroação de um talento que sabia possuir,

porém não a alcançou em vida. Como intelectual heterodoxo nas letras e na vida, suas impressões nos transmitem a memória de brasileiros injustiçados que não puderam documentar suas frustrações e sofrimentos.

Com certa dose de saudosismo monárquico, Lima Barreto nos lega um texto singular de interpretação do Brasil dos primeiros anos da República, marcado por um tom pessimista e por um fim de conscientização política. Embora o autor tenha se esquivado do tom confessional que havia marcado a sua primeira obra (*Recordações do escrivão Isaías Caminha* – 1909), não eliminou o espírito de desabafo pessoal em *Triste fim...*. Um desabafo que permite reproduzir o quadro de costumes – e naturalmente – de preconceitos e injustiças da sociedade de seu tempo. É assim que se pode reconstituir a imagem da mediocridade da repartição burocrática com suas “pequeninas perfídias” e “maledicências”, o panorama do preconceito racial, das influências políticas, das reverências injustificadas. Lima Barreto é particularmente severo ao retratar o universo da classe média em ascensão, em sua luta para defender seus pequenos interesses de sobrevivência e felicidade. Essas situações foram vivenciadas por ele. No Quaresma, funcionário do Arsenal de Guerra, detecta-se um pouco das experiências de funcionário público do escritor: “No meio de soldados, de canhões, de veteranos, de papelada inçada de quilos de pólvora, de nomes de fuzis e termos técnicos de artilharia, aspirava diretamente aquele hálito de guerra, de bravura, de vitória, de triunfo, que é bem o hálito da Pátria” (1983: 22).

Como amanuense da Secretaria de Guerra, Lima Barreto amargou o tempo e o talento desperdiçados em meios a ofícios, requerimentos e tédio. Por um lado, Lima Barreto tinha horror ao militarismo. Por outro, era por demais lúcido e consciente dos perigos das obsessões – patrióticas ou não – para se ver enredado por tais manias. Seu amor pelo país, pelo povo pobre e de cor era concreto, como eram concretas as suas dificuldades e suas afinidades com as massas despossuídas. Certamente, ele podia ver que o Brasil não era sinônimo de bravura, vitória e triunfo, mas, do modo como lhe parecia, chegava a ser justamente o contrário.

Na literatura de Lima Barreto, estilo predileto é a ironia aguda de cronista destemido que acompanhava de perto os acontecimentos econômicos, políticos e sociais da capital e do resto do país, quase sempre trazendo à tona os problemas brasileiros e seus agentes causais. Faltava-lhe sutileza na crítica. Mas o que lhe carecia de comedimento e eufemismo sobrava-lhe em sinceridade – prova de seu genuíno amor pela

pátria, considerando aqui o conceito ampliado dessa noção que ele mesmo procurou construir. Apesar da mágoa quase sempre à flor da pele, não lhe faltou uma boa dose de lirismo, o que revelam certas passagens do romance. Por exemplo, nos momentos em que descreve o subúrbio, lamentando a marcha dos tempos e a nova e caótica estética que se impunham; as flores, como Ricardo Coração dos Outros e suas canções, que nasciam em meio aos espinhos das casas de pensão; a insossa vida de Ismênia que se esvai com o fim de uma promessa de casamento; o triste fim do Quaresma em suas palavras doloridas, ao despertar do seu sonho patriótico para cair no pesadelo da guerra e dos crimes em nome da nação. Entretanto, em meio às descrições poéticas e certas nuances cômicas, prevalece a amargura, sentimento cujas raízes penetram nos difíceis episódios da sua vida privada e nos meandros do pensamento social brasileiro do período, desencantado com as possibilidades que se mostravam à nação sob o novo regime.

Lima Barreto oscila entre o riso e a amargura ao longo de todo o texto. Ao mesmo tempo que constrói um herói quixotesco, usando recursos com clara intenção de riso, o cômico é extraído dos episódios com um travo de melancolia e de revolta, resultando num humor paradoxalmente triste, misturado à piedade e à vergonha.

A maior parte do seu humor tem como objeto as coisas do Brasil. O Brasil injusto, até mesmo ilógico, é retratado com ironia fina e sátira nervosa que provocam, não um riso espontâneo e alegre, mas um sorriso recheado de dores latentes.

Como outros intelectuais do seu tempo, Lima Barreto se utilizou do viés burlesco para retratar e criticar a sociedade brasileira e, particularmente, a fluminense do início do século. No caso do romance em questão, várias são as ocasiões em que o escritor avilta propositadamente figuras históricas (Floriano Peixoto), eventos (a República, a Revolta da Armada), imagens (o pensamento social brasileiro do início do século: vertente positivista, vertente jacobina, ideário romântico e ufanista). A idéia do autor é perverter as imagens produzidas pela história oficial, construída pela ótica dos vencedores, e tornar tais

---

<sup>2</sup> Para Wolfgang Iser, a característica da ficção reside justamente na sua deliberada intenção de faz-de-conta, de algo inventado. Embora contenha elementos da realidade externa - por exemplo, o chão social de uma época e lugar-, a ficção não se reduz a esse mundo "objetivo". Já no caso da sátira, a sua intenção primeira é o riso, a imediata identificação do leitor com uma realidade familiar a ambos- autor e público. Assim, a sátira fica mais presa à descrição e à caricatura de um contexto histórico (1983:384-416).

imagens transparentes – ao ponto da comicidade – aos olhares mais críticos. O riso tem intenção missionária, estando, portanto, a serviço de motivações conscientes.

Embora se estabeleçam limites definidos para as obras ficcionais e as satíricas<sup>2</sup>— estando as últimas bem mais presas ao mundo real e suas vicissitudes—, percebe-se no romance de Lima Barreto uma intenção de não fugir ao Brasil histórico, um propósito de satirizar o *ethos* brasileiro, adotando a forma romanesca. O *Triste fim...* faria parte de um programa mais amplo de retratar criticamente o Brasil e seus costumes por meio de crônicas, sátiras, romances e contos. Para o leitor, não há exatamente a fuga da realidade brasileira, mas um vínculo estreito com ela, ajudado pelo recurso aos fatos históricos e apoiado nos comentários quase etnográficos do narrador. O leitor deve estar apto a decodificar situações e episódios que o texto esconde sob as alegorias, metáforas, paródias. O trabalho resulta, de certa forma, numa leitura socioantropológica do Brasil e do povo brasileiro.

O retrato do período florianista pintado em *Triste fim...* oferece subsídios para se compreender a posição do povo diante dos acontecimentos da nascente República. Não que o escritor tenha descrito com detalhes a participação política das massas, mas justamente porque são raras tais descrições. Através dessas escassas cenas de exercício de cidadania, é possível compreender as peculiaridades da relação entre povo e Estado no Rio de Janeiro do início do século.<sup>3</sup>

O contexto da Proclamação da República<sup>3</sup> e da primeira década seguinte foi marcado por importantes transformações econômicas, sociais, políticas e culturais: Canudos (1893–1897), guerra civil no Sul, economia cafeeira em crise, dívida externa, instabilidade política, greves, tumultos, revoltas e tentativas de golpe. A turbulência se fazia especialmente visível na capital da República. As mudanças trouxeram para o Rio aumento populacional, gerado com a abolição, e o conseqüente acúmulo de pessoas em ocupações mal remuneradas ou sem trabalho fixo. A cidade foi preenchida por indivíduos mais ou menos “perigosos”, que compunham a maioria marginalizada da população fluminense, posteriormente alvo das reformas sanitárias e urbanísticas do novo regime: ladrões, prostitutas, ciganos, malandros, desertores, ambulantes, floristas, pequenos

---

<sup>3</sup> As informações sobre o contexto de consolidação da República e o exercício da cidadania no Rio de Janeiro do início do século são baseadas em *Os bestializados* de José Murilo de Carvalho (referido na bibliografia ao final).

funcionários públicos, pivetes, capoeiras, jogadores. Com o acréscimo populacional, agravaram-se os problemas habitacionais e de saneamento, faltando casas para essa crescente demanda. A escassez e a má qualidade das habitações obrigavam a população pobre a se comprimir em casas e cortiços de aluguel, sujeitos às pestes que assolavam a cidade. As epidemias incluíam varíola, febre amarela, malária e tuberculose e constituíam as principais causas da alta mortalidade.

Lima Barreto descreve os subúrbios insalubres do Rio de Janeiro e seus vizinhos burgueses, antropomorfizando as relações entre as construções, como a simbolizar os elos de dominação entre os seus moradores:

*Vai-se por uma rua a ver um correr de chalets, de porta e janela, parede de frontal, humildes e acanhados, de repente se nos depara uma casa burguesa, dessas de compoteiras na cimalha rendilhada, a se erguer sobre um porão alto com mezaninos gradeados. Passada essa surpresa, olha-se acolá e dá-se com um choupana de pau-a-pique, coberta de zinco ou mesmo palha, em torno da qual formiga uma população: adiante, é uma velha casa de roça, com varanda e colunas de estilo pouco classificável, que parece vexada e querer ocultar-se, diante daquela onda de edifícios disparatados e novos. (Barreto, 1983: 74).*

As casas de cômodos são verdadeiros “caixotins humanos” onde se amontoam os que foram expulsos das avenidas elegantes, embelezadas para favorecer a entrada de recursos dos países ricos e civilizados:

*Casas que mal dariam para uma pequena família, são divididas, subdivididas, e os minúsculos aposentos assim obtidos, alugados à população miserável da cidade. Ai, nesses caixotins humanos, é que se encontra a fauna menos observada da nossa vida, sobre a qual a miséria paira com um rigor londrino.*

*Não se podem imaginar profissões mais tristes e mais inopinadas da gente que habita tais caixinhas. Além dos serventes de repartições, contínuos de escritório, podemos deparar velhas fabricantes de rendas de bilros, compradores de garrafas vazias, castradores de gatos, cães e galos, mandigueiros, catadores de ervas medicinais, enfim, uma variedade de profissões miseráveis que a nossa pequena e grande burguesia não podem adivinhar. Às vezes num cubículo desses se amontoa uma família, e há ocasiões em que os seus chefes vão a pé para a cidade por falta do níquel do trem (Barreto, 1983: 74-75).*

O custo de vida à época havia aumentado significativamente, com a febre especulativa e a política de imigração que alargara a oferta de braços e exacerbava a luta pelos limitados empregos disponíveis. Essas dificuldades motivaram o jacobinismo

iniciado no governo de Floriano e findo ao término da gestão de Prudente de Moraes (1898). Os jacobinos despejavam a sua ira principalmente contra os locadores de casas de aluguel, em sua maioria portugueses. Aliás, o período foi todo de xenofobia exaltada, o que Lima Barreto registra no romance em algumas passagens. Uma delas é no comportamento medroso do pai de Olga, italiano remediado, prudentemente esquivando-se de emitir opinião sobre os acontecimentos políticos.

O movimento jacobino estendeu-se à população civil, composta de pequenos proprietários, negociantes, empregados e funcionários públicos. Esses se organizavam em clubes e batalhões patrióticos caracterizados por ações extremadas e intolerantes. Lima Barreto recria essa realidade na sua descrição do apoio popular à repressão florianista da Revolta da Armada. Antes de receber o major Quaresma, Floriano recebe um batalhão patriótico feminino e os cadetes da Escola Militar, munidos de mais autoridade do que se poderia esperar:

*Falou em primeiro lugar a uma comissão de senhoras que vinham oferecer o seu braço e o seu sangue em defesa das instituições e da pátria. A oradora era uma mulher baixa, de busto curto, gorda, com grandes seios altos e falava agitando o leque fechado na mão direita. (...)*

*Enquanto falava, a mulherzinha deitava sobre o marechal os grandes olhos que despediam chispas. Floriano parecia incomodado com aquele clamejar; era como se temesse derreter-se ao calor daquele olhar que queimava mais sedução que patriotismo (Barreto, 1983: 112-3).*

*Os cadetes da Escola Militar formavam a falange sagrada. Tinham todos os privilégios e todos os direitos; precediam ministros nas entrevistas com o ditador e abusavam dessa situação de esteio do Sila, para oprimir e vexar a cidade inteira.*

*Uns trapos de positivismo se tinham colado naquelas inteligências e uma religiosidade especial brotara-lhes no sentimento, transformando a autoridade, especialmente Floriano e vagamente a República, em artigo de fé, em feitiço, em ídolo mexicano, em cujo altar todas as violências e crimes eram oblatas dignas e oferendas úteis para a sua satisfação e eternidade (1983: 113).*

*Eram os avançados, os "jacobinos", a guarda abnegada da república, os intransigentes, a cujos olhos, a moderação, a tolerância e o respeito pela liberdade e a vida alheias eram crimes de lesa-pátria, sintomas de monarquismo criminoso e abdicação desonesta diante do estrangeiro. O estrangeiro era o português, o que não impedia de haver jornais "jacobiníssimos" redigidos por portugueses da mais bela água (1983: 121).*

O sentimento geral da narrativa é o de desencanto em relação ao novo regime. Com efeito, a República não estava concretizando os ideais em nome dos quais surgira. A sensação de frustração e engodo imbuíu o espírito do povo e dos intelectuais nos anos que se seguiram à Proclamação.

Como mostra Murilo de Carvalho, contra as interferências do Estado sobre a vida privada dos cidadãos é que surgiram tumultos e revoltas populares – como a Revolta da Vacina, em 1904 – que vêm falsear a idéia de que o povo brasileiro, e fluminense em particular, era um bestializado, na expressão de Aristide Lobo (apud Carvalho, 1987).

No contexto de implantação e consolidação da República, a ideia unificadora de pátria-povo teria a vantagem de unir facções e interesses dispares daquele momento histórico: escravocratas e abolicionistas, militares e civis, fazendeiros, estudantes (Carvalho, 1987: 47). Lima Barreto não deixa de fazer uma reflexão sobre as ideias de povo e pátria que fundamentavam as correntes políticas de sua época. Essa reflexão é central no romance e surge também na sua crônica, na sátira e no seu diário íntimo. Toda a agonia do herói Quaresma centra-se na falsidade de uma noção de pátria e na conscientização de uma outra noção, agora ancorada na vivência dos entraves, necessidades, limitações e inferioridades do Brasil real. Quaresma se deixa levar pelo discurso ufanista de raízes românticas e pela doutrinação republicana, progressista e positivista do seu momento. À medida que vive os óbices da vida cultural, econômica e política brasileira, percebe que a sua noção inicial deve ser reformulada. A pátria brasileira não era homogênea. A pátria também não era aquilo que se teorizavam. O povo era ignorante e mantido na ignorância. O doce povo brasileiro tanto podia morrer vitimado pela opressão, como podia matar cruelmente em conluio com o Estado despótico.

É dentro desse contexto que ocorre a Revolta da Armada, fato histórico utilizado como acessório de composição do seu retrato do Brasil, cujas vicissitudes servirão para o escritor desenvolver sua argumentação e tarefa missionária. É na narrativa do episódio que se desenrolam as principais reflexões do narrador e do herói Quaresma sobre a realidade/irrealidade da pátria. O autor se apoia no fato histórico do conflito, porém o recria de forma a esclarecer pontos sobre os quais uma narrativa histórica propriamente dita não costuma versar. Esses pontos envolvem tanto a realidade particular e cotidiana da vida brasileira, quanto a realidade universal da vida humana, com suas eternas

questões sobre o poder, a violência, a injustiça, a luta entre fortes e fracos, o medo e a morte.

A Revolta da Armada iniciou-se em setembro de 1893 e findou em março de 1894. Começou o conflito o almirante Custódio de Melo, derrubador de Deodoro, no dia 23 de novembro de 1891, e, portanto, o principal instrumento da subida de Floriano Peixoto à chefia do Governo. O almirante teria tentado repetir o primeiro gesto, não encontrando, entretanto, as mesmas condições de sucesso. Na segunda rebelião da Armada, o Exército manteve-se fiel ao presidente, e este passou a mostrar a sua face oculta de homem de ferro. Custódio de Melo procurou apoio na Revolta Federalista do Rio Grande do Sul, guiada por Gaspar Silveira Martins, mas a solidariedade mostrou-se, como o passar do tempo, inexistente. A rebelião da Marinha foi finalmente debelada por uma conjunção de fatores: a falta de recursos humanos e materiais que permitissem à esquadra dominar pontos estratégicos em terra, a insuficiente conexão ideológica com o movimento federalista do Sul e o relativo insucesso militar da rebelião sulista (S. C. Costa, 1979).

Segundo Francisco de Assis Barbosa (1981), Lima Barreto tinha doze anos nessa época e estudava como interno no Liceu Popular Niteroiense. Todos os sábados, um empregado das Colônias de Alienados, Zé da Costa, ia buscá-lo para passar o final de semana com a família na Ilha do Governador. Durante o período em que a família estava lá domiciliada, a ilha foi ocupada por marinheiros rebelados. Sabendo da ocupação, o menino escrevia ao pai cartas apreensivas, onde descrevia a influência da guerra sobre as atividades escolares e lamentava a interrupção prolongada de suas viagens à ilha.

A Revolta continuou por algum tempo, consolidando a invasão da ilha por homens de Custódio e Saldanha. Alguns soldados confiscaram gêneros, roupas e remédios destinados aos doentes das colônias, fato presenciado pelo menino. Diante do perigo, o pai resolveu mudar-se com a família para o Engenho da Pedra no litoral da Penha, indo todos os dias à ilha para assistir aos doentes. Desse momento histórico, Lima Barreto guarda algumas lembranças que ajudam a compor suas impressões romanescas da guerra. Em *Triste fim...* o escritor defende os pobres moradores da ilha submetidos aos saques e humilhações dos revoltosos:

*Da ilha do Governador fez-se uma verdadeira mudança de móveis, roupas e outros haveres. O que não podia ser transportado era destruído pelo fogo e pelo machado.*

*A ocupação deixou lá a mais execranda memória e até hoje os seus habitantes ainda se recordam dolorosamente de um capitão, patriótico ou da guarda nacional, Ortiz, pela sua ferocidade e insofrido gosto pelo saque e outras vexações. Passava um pescador, com uma tampa de peixe, e o capitão chamava o pobre homem:*

*– Venha cá!*

*O homem aproximava-se amedrontado e Ortiz perguntava:*

*– Quanto quer por isso?*

*– Três mil-réis, capitão.*

*Ele sorria diabolicamente e familiarmente regateava:*

*– Você não deixa por menos?... Está caro... Isso é peixe ordinário... Carapebas! Ora!*

*– Bem, capitão, vá lá por dous e quinhentos.*

*– Leve isso lá para dentro.*

*Ele falava na porta de casa. O pescador voltava e ficava um tempo em pé, demonstrando que esperava o dinheiro. Ortiz balançava a cabeça e dizia escarninho:*

*– Dinheiro! hein? Vá cobrar ao Floriano (Barreto, 1983: 133).*

Como pessoa justa, revoltada com os sacrifícios impostos aos humildes, Lima Barreto não poderia aceitar tais abusos de poder por parte dos rebelados. Por outro lado, na condição de um espírito “rebelde”, o escritor confessa certa simpatia pelo simples fato de um contingente de homens se opor ao governo florianista, para ele, uma ditadura criminosa. É o que deixa claro a seguinte passagem onde o escritor revela suas reflexões sobre a guerra através do narrador:

*(...) A simpatia dos desinteressados, da população inteira era pelos insurgentes. Não só isso sempre acontece em toda parte, como particularmente, no Brasil, devido a múltiplos fatores, há de ser assim normalmente.*

*Os governos, com os seus inevitáveis processos de violência e hipocrisias, ficam alheados da simpatia dos que acreditam nele; e demais, esquecidos de sua vital impotência e inutilidade, levam a prometer o que não podem fazer, de forma a criar desesperados, que pedem sempre mudanças e mudanças (1983: 110).*

A defesa dos interesses e das coisas nacionais era uma preocupação partilhada por Lima Barreto. Nacionalismo e patriotismo só poderiam ser construídos com participação popular, com um povo educado, que compreendesse os rumos dos acontecimentos e se posicionasse diante deles sem medo. Tal modelo de cidadania não ocorria. Daí que o povo retratado no romance mais parece o bestializado da frase famosa de Aristides Lobo. Essa é a imagem passada no diálogo entre o major e seu empregado Felizardo sobre a agitada política do Curuzu, onde se localizava o sítio “Sossego”:

- *O que é que há, Felizardo? (...)*

- *Negócio de política... “Seu” Tenente Antonino quase briga ontem com “Seu dotô Campo”.*

- *Onde?*

- *Na estação.*

- *Por quê?*

- *Negócio de partido. Pelo que ouvi: “Seu” Tenente Antonino é pelo “governadô” e “Seu dotô Campo” é pelo “senadô”... Um sarcerero, patrão!*

- *E você, por quem é?*

*Felizardo não respondeu logo. Apanhou a foice e acabou de cortar um galho que enleava o tronco a remover. Anastácio estava de pé e considerou um instante a figura do companheiro palrador. Respondeu afinal:*

- *Eu! Sei lá... Urubu pelado não se mete no meio dos coroados. Isto é bom pro “sinhô” (1983: 85-6)*

A questão da (ir)realidade do Brasil é particularmente significativa em *Triste fim...* considerando que o universo da loucura não está restrito à narrativa, nem às elucubrações intelectuais de seu ator, mas principalmente porque envolve a sua vivência pelo escritor. Em primeiro lugar, a experiência da loucura do pai e, depois, a sua própria, devido ao alcoolismo. O hospício passa a ser um tema recorrente, sempre parte de seus escritos confessionais ou ficcionais.

*Só o nome da casa metia medo. O hospício! É assim como uma sepultura em vida, um semi-enterramento, enterramento do espírito, da razão condutora, de cuja ausência os corpos raramente se ressentem (1983: 56).*

### CAPÍTULO III: UMA IDEIA DE BRASIL, NA PENA DE LIMA BARRETO

Lima Barreto está constantemente apontando as “loucuras” do país e as subversões dos princípios na esfera pública – principalmente as operadas pelos governos e pelos costumes. As “loucuras” são explícitas na sua sátira, onde constantemente descreve os paradoxos brasileiros como comportamento bizarro da “exótica” terra dos Bruzundangas. A crítica de insanidade incide sobre os nossos padrões políticos sempre opostos ao bem do povo e subservientes aos interesses dos endinheirados. A lista será longa: escritores que não fazem literatura, glória literária que vai para médicos, a nobreza que não é nobre, mas doutoral ou de “palpite”, o país que se diz rico, mas que vive na miséria, o país que importa braços quando excedem desempregados e miseráveis, o carvão nacional que é “excelente” mas não queima:

*Os literatos (...) quase não têm propriamente obras escritas; a bagagem deles consta de conferências, poesias recitadas nas salas, máximas pronunciadas na intimidade de amigos, discursos em batizados ou casamentos (...) Estes tais são até os escritores mais estimados e representativos, sobretudo quando empregam palavras obsoletas e são médicos em larga freguesia (1956d: 35-6)*

*(...) o verdadeiro fim da política dos políticos da Bruzundanga é fazer os povos infelizes (1956d: 66).*

*Quando abrimos qualquer compêndio de geografia da Bruzundanga; quando se lê qualquer poema patriótico desse país, ficamos com a convicção de que essa nação é a mais rica da terra (...).*

*Entretanto, quem examinar com calma esse ditirambo e o confrontar com a realidade dos fatos há de achar estranho tanto entusiasmo (1956d: 69-0).*

*A Bruzundanga, como o Brasil, é um país essencialmente agrícola; e como o Brasil, pode-se dizer que não tem agricultura (1956d: 97).*

Na escritura de Lima Barreto, percebe-se com frequência uma confusão entre episódios da sua vida pessoal e situações ou personagens de seus romances, nos períodos de crise emocional. O resultado é uma alternância de ficção e realidade cotidiana.

A discrepância entre o “real” e o “irreal”, personificada no nacionalismo quixotesco de Policarpo Quaresma, constitui o eixo fundamental sobre o qual se funda o discurso crítico de Lima Barreto. Bosi já havia assinalado que “o desencontro [entre “um” ideal e “o”

real] vem a ser (...) a constante social e psíquica do romance” (1994: 362), explicando inclusive a dissidência estilística do autor em relação aos cânones gramaticais anteriores ao modernismo.

Lima Barreto não se limita a criticar o caráter maléfico do rompimento com a realidade. Ele representa no seu discurso um certo tom de simpatia diante de determinadas facetas da loucura – visionária, ilusória, utópica – que fere a negatividade com que costuma julgar os desvios da realidade e da “normalidade”.

Diante de um quadro político e econômico caótico, da submissão ao estrangeiro, do completo desprezo pelas massas, do Estado plutocrático e do culto à mediocridade, a lucidez e a ética exigiam uma atitude rebelde de abdicação dos interesses pessoais – algo “louco”, incompreensível, tanto para os conformados quanto para os ambiciosos. Noutros termos, a loucura, em seu sentido literal, às vezes se impunha aos homens íntegros, obrigados às exigências da sociedade burguesa e burocrática. Nesse caso, a loucura não seria apenas uma fuga, mas assumiria um significado metafórico de “saída honrosa” para aqueles raros homens “delicados de alma”.

Percebe-se, assim, um certo sentido de “elogio da loucura” sob a descrição do Policarpo Quaresma e sob as imagens autobiográficas do autor, nas quais analisa seus próprios episódios de loucura. A sua loucura é pelo menos dupla: era louco porque delirava e foi internado, era louco porque se recusava a seguir as normas e convenções. O seu desalinho era a sua “pose”. Despojada dos rebuscamentos de um Coelho Neto e cruelmente ferina, a sua escrita não tinha acesso às glórias dos salões literários. A mestiçagem, a pobreza e o alcoolismo completavam a sua posição *gauche*. Definitivamente, era maldito.

Lima Barreto exalta a rebeldia implícita em todo processo de ruptura com as regras, ao mesmo tempo que lamenta a ilusão de ir contra a crua realidade dos fatos. Os olhos do sonho, porém nos comovem. Policarpo Quaresma é compreendido pelo narrador de forma ambígua. O major é “superior” porque é capaz de opor-se ao modo rotineiro de ver e fazer as coisas, bem como de subverter a ordem estabelecida e o poder constituído. Por outro lado, como todo sonhador seus ideais o conduzem à inadaptação, ao sofrimento e, por fim, à morte. Criatura forjada à semelhança de seu criador, o Quaresma é simultaneamente vencedor e vencido. O tom afetivo do discurso de Lima Barreto acompanha essa tensão, assumindo um estado melancólico de “rebelde vencido”. Bosi

assinala a alternância ou a fusão de rebeldia e fracasso no *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, representativos dos efeitos de uma sociedade classista (1994). Com efeito, o estilo “realista-memorialista” marca toda a produção de Lima Barreto, inclusive os textos mais propriamente de observação social, como as sátiras e as crônicas. No *Triste fim...*, a ressonância afetiva desloca-se do tema racial e de classe para o tema das ideologias de Brasil. O major, como ele próprio, é vítima por exceder-se nas suas fantasias de país; a dor de as ver ruírem não pode ser impedida pelo caráter moralmente elevado dos seus sonhos.

Lima Barreto julga-se, portanto, “louco” como o seu herói romanesco, já que recusa a seguir as atitudes que seriam de esperar de um escritor naquele momento histórico. Recusa-se a arregimentar pistolões, a bajular os poderosos a “cavar” colocações. Repudia a perspectiva acomodada da ortodoxia do campo intelectual de sua época.

Em tom mais lírico, o mesmo sentimento de ser *contra* marca certas passagens do major, como esta que mostra o fosso que se vai criando entre Quaresma e seus colegas, unicamente por aderir aos seus próprios sonhos:

- *O major, hoje, parece que tem uma idéia, um pensamento muito forte.*
- *Tenho, filho, não de hoje, mas de há muito tempo.*
- *É bom pensar, sonhar consola.*
- *Consola, talvez; mas faz-nos também diferentes dos outros, cava abismos entre os homens... (1983: 55).*

É com simpatia piedosa que o narrador fala da superioridade do major mesmo que vitimado pelo “angustioso mistério da loucura”. Aliás, a impressão que se tem é que ela não é propriamente um flagelo, mas uma forma de redenção, uma marca de grandeza: “É raro encontrar homens assim, mas os há e, quando se os encontra, mesmo tocados de um grão de loucura, a gente sente simpatia pela nossa espécie, mais orgulho de ser homem e mais esperança na felicidade da raça (1983: 49).

No capítulo “Um mandachuva” de *Os bruzundangas*, ele traça os contornos de um político anônimo, cujo perfil mantém a sua atualidade decorridas mais de oito décadas do esboço. O político vem de uma cidadezinha no interior do país, tendo tido sua formação restrita aos horizontes das suas atividades domésticas e profissionais, às motivações

pecuniárias, ao modesto e tacanho círculo de amizades e protegidos, sem qualquer gosto por pensamentos mais altos, como a arte e a cultura. Os traços incluem a mediocridade, o desinteresse, o provincianismo, o horror às artes e às leituras, o descaso pelas audiências públicas. Com efeito, todos esses elementos integram o retrato de Floriano Peixoto no *Triste fim...* e no capítulo “Os Heróis” de *Os bruzundangas*, onde satiriza a feiúra dos heróis nacionais, a exemplo do marechal.

No retrato de Lima Barreto, a fisionomia do presidente acompanha suas qualidades morais:

*Era vulgar e desoladora. (...) não havia nem o desenho do queixo ou olhar que fosse próprio, que revelasse algum dote superior. Era um olhar mortiço, redondo, pobre de expressões, a não ser de tristeza que não lhe era individual, mas nativa, de raça; e todo ele era gelatinoso – parecia não ter nervos (1983: 114).*

A descrição ficcional reelabora as imagens veiculadas sobre o marechal e seu papel contraditório na implantação da República, de tal forma a permitir a visualização das indecisões políticas de Floriano Peixoto e seu desleixo para com os problemas nacionais. O marechal adquire no romance uma aparência de fraqueza e falta de vigor que se conforma a essas imagens popularizadas e à intenção do escritor de ridicularizá-las.

Com efeito, a imagem é paradoxal, tal como os registros históricos informam. Indolente e desapegado ao cargo, o retrato romanesco corresponde à imagem de “carneiro de batalhão” que o próprio marechal forjou capciosamente num momento político que lhe pareceu apropriado. Por outro lado, tirânico e despótico, a caricatura ajuda a compor o outro lado dessa figura histórica, lado esse mais bem traduzido na alcunha de “Marechal de Ferro”. A contradição da figura pessoal e pública de Floriano recebeu muitas interpretações históricas. Entretanto, a imagem romanceada de Lima Barreto consegue sintetizar o espírito dividido do marechal e suas consequências sobre a condução da crise republicana e sobre a sociedade do período, bem como representar criticamente uma classe de pessoas a quem confiamos a direção dos desígnios da pátria:

*Com uma ausência total de qualidades intelectuais, havia no caráter do marechal Floriano uma qualidade predominante: tibieza de ânimo, e no seu temperamento, muita preguiça. (...)*

*Dessa sua preguiça de pensar e agir, vinha o seu mutismo, os seus misteriosos monossílabos, levados à altura de ditos sibílicos, as famosas “encruzilhadas dos talvezes”, que tanto reagiram sobre a inteligência e*

*imaginação nacionais, mendigas de heróis e grandes homens* (1983: 114).

Com efeito, a vacilação de Floriano Peixoto foi registrada nos relatos e análises históricas como virtude política, um sinal de argúcia para lidar com decisões e compromissos difíceis, bem como habilidade de tirar proveito de tais situações:

*Sentindo as flutuações da política e a instabilidade dos governos, Floriano, sempre que pôde, furtou-se às definições. Evitou ser pró ou contra qualquer medida ou indivíduo. Teve sempre horror às exibições comprometedoras ou às manifestações de apoio ou de desagrado. A prudência ditava-lhe uma permanente e imutável neutralidade. Pouco lhe importaram as aventuras financeiras de Rui Barbosa, na pasta da Fazenda, ou as atitudes de Demétrio Ribeiro no Ministério da Agricultura. Sua diretriz resumia-se no alheamento completo aos problemas que agitavam o Governo ou a opinião pública. Ninguém chegou a dominar, como ele, a arte da evasiva. Nos círculos governamentais, quando o interrogam, desconversa com habilidade e retorna à sua tecla predileta: os cuidados que lhe exigia a sua saúde periclitante* (Costa, 1979: 18).

Como ministro da Guerra de Deodoro, logo sentiu a tensão entre as facções militares e civis. Prudentemente, evita tomar partido. Quando Deodoro o consulta sobre seus planos de dissolução do Congresso, responde que “era carneiro de batalhão”, um simples seguidor das decisões superiores. Enquanto isso, ia mansa e laconicamente estimulando a oposição e a conspiração contra o presidente. Delineava seu lugar no poder sem esforço, favorecendo a derrubada de Deodoro, efetivada no 23 de novembro com a mobilização da esquadra por Custódio de Melo. A imagem de um líder forjado pela sorte e pela evasiva é resumida por Sérgio Costa:

*Não conquistou o poder; deram-lho. Não subiu por ações próprias; antes, favoreceram-no as omissões prudentes com que se subtraiu a definições políticas. Subiu amparado por uma coligação de circunstâncias fortuitas, impellido por condições especialmente favoráveis ao seu advento. Uma sucessão de coincidências entregou-lhe o Governo da República.*

*Ajudante-general do Exército Imperial, se não conspirou contra a Monarquia, pelo menos não procurou evitar-lhe a queda. Feito ministro, não pleiteou a vice-presidência; deixou aos arranjos políticos o recurso ao seu nome. Vice-presidente, não promove a queda do presidente; encoraja, apenas, os conspiradores com o seu silêncio complacente, a sua presença sem participação e o seu influxo sem alarde* (1979: 19).

Para o romancista, mais identificado com uma ética de finalidade – usando aqui a distinção weberiana –, os silêncios e esquivas do marechal resultavam num “homem-talvez”, que se elevou à categoria de estadista, graças à má interpretação de seus vacilos

pelos seus analistas e à má fé de potenciais lucRADORES com o estado incerto do quadro político. Para ele, estava claro que a incerteza de Floriano nada tinha a ver com “jogo de cintura”, prudência ou competência política, mas tinha uma outra origem, bem menos meritória:

*(...) Era o seu amor à família, um amor entranhado, alguma coisa de patriarcal, de antigo que já se vai esvaindo com a marcha da civilização.*

*Em virtude de insucessos na exploração agrícola de duas das suas propriedades, a sua situação particular era precária, e não queria morrer sem deixar à família às suas propriedades agrícolas desoneradas do peso das dívidas. Honesto e probo como era, a única esperança que lhe restava, repousava nas economias sobre os seus ordenados. Daí lhe veio essa dubiedade, esse jogo com pau de dous bicos, jogo indispensável para conservar os rendosos lugares que teve e o fez atarraxar-se tenazmente à presidência da República. A hipoteca do “Brejão” e do “Duarte” foi seu nariz de Cleópatra (Barreto, 1983: 115).*

A obstinação de Floriano de subir ao poder, bem como uma série de eventos fortuitos ou não que lá o mantiveram renderam-lhe popularidade e a adesão de admiradores, fanáticos jacobinos e uma multidão de “auxiliares e asseclas ferozes” dispostos a garantir algum cargo ou vantagem mais palpável. É principalmente contra as consequências do caráter escorregadio do presidente que o romancista se posiciona. Ao omitir-se das decisões e obscurecer os seus intentos, Floriano permitiu que o poder se diluísse entre os que o apoiaram, a tal ponto que “todos mandavam; a autoridade estava em todas as mãos” (Barreto, 1983: 105).

É o que fica claro na descrição da Revolta da Armada, cuja repressão organizou um verdadeiro “Santo Ofício Republicano”, responsável pelas delações e prisões dos civis suspeitos:

*Em nome do Marechal Floriano, qualquer oficial, ou mesmo cidadão, sem função pública alguma, prendia e ai de quem caía na prisão, lá ficava esquecido, sofrendo angustiosos suplícios de uma imaginação dominicana. Os funcionários disputavam-se em bajulação, em servilismo... Era um terror, um terror baço, sem coragem, sangrento, às ocultas, sem grandeza, sem desculpa, sem razão e sem responsabilidades... (...)*

*Os militares estavam contentes, especialmente os pequenos, os alferes, os tenentes e os capitães. Para a maioria a satisfação vinha da convicção de que iam estender a sua autoridade sobre o pelotão e a companhia, a todo esse rebanho de civis (...)* (Barreto, 1983: 105).

O mesmo tom de crítica é desferido contra a ala mais “sincera”, mas não menos equivocada, dos simpatizantes do governo e da sua repressão aos revoltosos. Os “adeptos desse nefasto e hipócrita positivismo” não escaparam à pena severa do romancista. Primeiramente, porque compactuavam com as injustiças cometidas pelos republicanos exaltados em nome de princípios abstratos de ordem e progresso. Depois, porque defendiam uma concepção religiosa e fetichizada do universo que logo na mocidade o escritor percebeu inadequada. E enfim, porque nada mais tinham a ver com o sentido político que Lima Barreto tomou na maturidade, mais próximo do anarquismo e do maximalismo.

As idéias positivistas contaminavam as cabeças militares e forneciam subsídios teóricos para certas ações exaltadas. Como o tenente Fontes que “tinha de sua República uma idéia religiosa e transcendente” e que “fazia repousar nela toda a felicidade humana e não admitia que a quisessem de outra forma que não aquela que imaginava boa.”

Em *Os Bruzundangas*, o escritor volta ao marechal, desta vez para ilustrar como se fabrica e se cristaliza uma lenda. De que matéria são feitos os heróis naquele país familiar? É o que tenta responder, mostrando que aquele que recebeu o título de “Consolidador da República” foi quem mais desrespeitou as leis da República:

*Entender-se-ia que a havia consolidado se o seu governo fosse fecundo dentro das leis da Bruzundanga. Ele, porém, saltou por cima de todas elas e governou a seu talante. Mostrou que as leis da república não prestavam e, longe de consolida-las, abalou-as nos seus fundamentos. Tal causa, na hipótese do seu governo ter sido bom e fecundo; mas não o foi (Barreto, 1956d: 105).*

O governo foi despótico, embora a concepção de governo do marechal não fosse “o despotismo, nem a democracia, nem a aristocracia”, mas “a de uma tirania doméstica”, produto de sua fraca cultura e seu despreparo para o mando:

*O bebê portou-se mal, castiga-se. Levada a cousa ao grande o portar-se mal era fazer-lhe oposição ter opiniões contrárias às suas e o castigo não eram mais palmadas, sim, porém, prisão e morte. Não há dinheiro no Tesouro; ponham-se as notas recolhidas em circulação, assim como se faz em casa quando chegam visitas e a sopa é pouca: põe-se mais água (Barreto, 1983: 115).*

A descrição do marechal tem intenção de verdade histórica e o autor frisa a diferença entre suas próprias reflexões críticas – enunciadas pelo narrador – e as crenças ingênuas do major: “Quaresma estava longe de pensar nisso tudo; ele com muitos

homens honestos e sinceros do tempo, foram tomados pelo entusiasmo contagioso que Floriano conseguira despertar” (1983: 115).

Não só a República viciada definia o Brasil. Lima Barreto insistia num traço peculiar às camadas mais favorecidas da população, que se arvoravam de grandes talentos, enquanto escondiam sua mediocridade sob ares eruditos. Por que a insistência? Vamos às imagens de Lima Barreto.

De modo geral, o romancista quer esclarecer os verdadeiros e secretos motivos que movem as nossas classes médias aspirantes à nata da sociedade, no cotidiano e nos episódios políticos excepcionais. A vidinha dos conhecidos e amigos de Quaresma se resume aos seus mundos domésticos, às questões pecuniárias, aos chavões, à alienação política. Nos salões, revelam-se a reverência ao “doutor”, a apologia da guerra, a “cavação”, a vontade generalizada do emprego público, a parca educação, a falta de espírito crítico e, principalmente, a falta de uma consciência do público e sua suplantação pela esfera dos interesses privados. Apesar dos discursos inflamados, maquiados de nobreza, do general Albernaz, do contra-almirante Caldas, do major honorário Bustamante, as íntimas razões para a adesão a Floriano eram chãs. O primeiro só desejava melhorar as finanças num cargo mais rendoso, que lhe permitisse casar as filhas. Caldas restringia suas preocupações ao andamento de seu requerimento de promoção. O Bustamante aspirava somente em ser finalmente atendido em suas demandas de ex voluntário da pátria.

Essa realidade medíocre, de pouco talento e ideal, mas de bastante vulgaridade, é tratada às vezes com ironia, outras vezes com franco rancor. É o que mostra o retrato de Genelício, candidato a genro de Albernaz:

*Empregado do Tesouro, já no meio da carreira, moço de menos de trinta anos, ameaçava ter um grande futuro. Não havia ninguém mais bajulador e submisso do que ele. Nenhum pudor, nenhuma vergonha! Enchia os chefes de todo incenso que podia. Quando saía, remancheava, lavava três ou quatro vezes as mãos, até poder apanhar o diretor na porta. Acompanhava-o, conversava com ele sobre o serviço, dava pareceres e opiniões, criticava este ou aquele colega, e deixava-o no bonde, se o homem ia para casa. Quando entrava um ministro, fazia-se escolher como intérprete dos companheiros e deitava um discurso; nos aniversários de nascimento, era um soneto que começava sempre por – “Salva” – e acabava também por – “Salve! Três vezes Salve!” (1983: 45).*

Este era o perfil do vencedor. Nesse processo de cavilação e recorrendo adicionalmente à retórica, em quatro anos tinha obtido duas promoções e em breve estaria no Tribunal de Contas. A ironia funcionava como catarse para o autor, tão desprovido de pistolões e da necessária imprudência de dispô-los a seu favor. Lima acreditava numa meritocracia, não numa mediocracia, como aquela em que efetivamente vivia:

*Interessante é que os companheiros o respeitavam, tinham em grande conta o seu saber e ele vivia na secção cercado do respeito de um gênio do papelório e das informações. Acresce que Genelício juntava à sua segura posição administrativa, um curso de direito a acabar, e tantos títulos juntos não podiam deixar de impressionar favoravelmente às preocupações casamenteiras do casal Albermaz (1983: 45).*

Para piorar o quadro mediocrático que assolava o país, havia o odioso culto às mostras de erudição que seduziam uma sociedade de ignorantes. Fazia parte do projeto de ascensão social uma passagem pela literatura, desde que sua linguagem fosse a mais arcaica, rebuscada e obscura possível. E o mais importante: a literatura não ficava reservada aos profissionais do meio literário. Todos se arvoravam de escrever. Médicos, bacharéis em direito, qualquer um que desejasse prestígio e uma nota no jornal. O assunto também não importava. O romancista não perdoa esse traço da cultura nacional. O retrato dessa curiosa tendência no país é o que há de mais cômico em todo o romance. Genelício acabou subindo de posto graças aos seus dons literários, muito apreciados pelos seus colegas e no meio jornalístico:

*De fato, Genelício tinha arranjado a transferência e não fora só isso que o decidira a casar-se. Tendo escrito uma – Síntese de Contabilidade Pública Científica – viu-se, sem saber como, cumulado de elogios “pela imprensa desta capital”. O ministro, atendendo ao mérito excepcional da obra, mandou-lhe dar dous contos de prêmio, tendo sido a edição feita à custa do Estado, na Imprensa Nacional. Era um grosso volume de quatrocentas páginas, tipo doze, escrito em estilo de ofício, com uma basta documentação de decretos e portarias, ocupando dous terços do livro.*

*A primeira frase da primeira parte, o quinhão do livro verdadeiramente científico, fora até muito notada e gabada pelos críticos, não só pela novidade da idéia, como também pela beleza da expressão.*

*Dizia assim: “A contabilidade Pública é a arte ou a ciência de escriturar convenientemente a despesa e a receita do Estado” (1983: 78).*

A mágoa de não ter se formado devido a reprovações sistemáticas na cadeira de Mecânica Racional, ministrada pelo implacável professor Licínio Cardoso, contribuiu para a imagem de mediocridade que comporia sobre a vida acadêmica e literária do país. Não se conformava com o veredicto dos exames, ou melhor, não aceitava que o título de “doutor”, que agora lhe fugia, pudesse condenar para sempre um homem de capacidade intelectual superior. Com grande frequência despejou a sua frustração e sua ira de não ter logrado o canudo que poderia ter-lhe minorado os complexos de cor e classe. A mentalidade coletiva estava toda imbuída de uma veneração desmesurada pelo doutor, reforçando a arrogância dos jovens recém-formados, que se julgavam verdadeiros gênios.

A insistência nesse problema dá na vista, a ponto de sua birra com o doutor ser atribuída meramente a fatores de ordem pessoal. Com efeito, é possível que a frustração tenha catalisado o seu violento repúdio aos portadores de diplomas universitários sem merecimento. Entretanto, tal imagem não é uma exclusividade barretiana. Seu retrato do paraíso da mediocridade se encontra em outras obras de vertente crítica e satírica do período, antecipadoras do modernismo. Essa peculiaridade vai ser retomada com maior vigor em Oswald de Andrade e Mário de Andrade, como tendência estética e traço nacional a serem transformados mediante uma atitude intelectual antropofágica.

No *Triste fim...*, a ironia insiste nesse mote. A persistência pode indicar a importância do problema para a cultura brasileira, aos olhos do escritor. São várias as passagens em que não perde a oportunidade de lembrar a mediocridade de médicos e dentistas, engenheiros, advogados, pretensos literatos. É particularmente perverso com os médicos, duas vezes doutores:

*Não nascera em Curuzu, era da Bahia ou de Sergipe, habitava, porém, o lugar há mais de vinte anos, onde casara e prosperara, graças ao dote da mulher e à sua atividade clínica. Com esta, não gastava grande energia mental: tendo de cor uma meia dúzia de receitas, ele, desde muito, conseguira enquadrar as moléstias locais no seu reduzido formulário (1983: 99).*

A formatura tinha o efeito de divinizar o homem, tal era a magnitude do respeito coletivo pela insígnia:

*Nos intervalos da conversa, todos eles olhavam o novel dentista como se fosse um ente sobrenatural.*

*Para aquela gente toda, Cavalcânti não era mais um simples homem, era homem, e mais alguma coisa sagrada e de essência superior; e não juntavam à imagem que tinham dele atualmente, as coisas que porventura ele pudesse saber ou tivesse aprendido. Isto não entrava nela de modo algum; e aquele tipo, para alguns, continuava a ser vulgar, comum, na aparência, mas a substância tinha mudado, era outra diferente da deles e fora ungido de não sei que coisa vagamente fora da natureza terrestre, quase divina (1983: 41).*

Mas é a personagem do dr. Armando Borges, marido de Olga, que mais sofre com a crueldade da pena do romancista. Médico limítrofe e ambicioso, dr. Armando representaria o universo dos vencedores, dos premiados. Casa-se bem, faz rapidamente fortuna, mas, vaidoso, deseja o prestígio de um cargo oficial, quem sabe, o de lente da faculdade. Para realizar seus sonhos, não é difícil organizar pistolões que o socorram, já que o concurso o apavora. Para melhorar seu currículo, tenta as letras:

*De quando em quando, publicava um folheto O Cobreiro, Etiologia, Profilaxia e Tratamento ou Contribuição para o Estudo da Sarna no Brasil; e mandava o folheto, quarenta e sessenta páginas, aos jornais que se ocupavam dele duas ou três vezes por ano; o “operoso doutor Armando Borges, o ilustre clínico, o proficiente médico dos nossos hospitais”, etc., etc. (1983: 108).*

*De fato, ele estava escrevendo ou mais particularmente: traduzia para o “clássico” um grande artigo sobre “Ferimentos por arma de fogo”. O seu último truc intelectual era este do clássico. Buscava nisto uma distinção, uma separação intelectual desses meninos por aí que escrevem contos e romances nos jornais. Ele, um sábio, e, sobretudo, um doutor, não podia escrever da mesma forma que eles. A sua sabedoria superior e o seu título “acadêmico” não podia usar da mesma língua, dos mesmos modismos, da mesma sintaxe que esse poetrastos e literatecos. Veio-lhe então a idéia do clássico. O processo era simples: escrevia do modo comum, com as palavras e o jeito de hoje, em seguida invertia as orações, picava o período com vírgulas e substituía incomodar por molestar, ao redor por derredor, isto por esto, quão grande ou tão grande por quamanho, sarapintava tudo de ao invés, empós, e assim obtinha o seu estilo clássico que começava a causar admiração dos seus pares e ao público em geral (1983: 119-20).*

Lima Barreto não perderia a oportunidade de escarnecer das Academias, de seus candidatos e dos critérios nada próprios para o ingresso nelas. Como no caso do médico concorrendo para a Academia Brasileira de Medicina por suas qualidades... de poeta:

*Avrúncio Aurora da Estrêla não sabe terapêutica, não sabe anatomia, fisiologia, uma patologia qualquer, não sabe arte de formular, farmacologia, etc.; não é obstetra, não é ginecologista, não é*

*dermatologista, não é operador, não é médico de clínica em geral; é, entretanto, um grande poeta e êsse título deve valer-lhe a admissão entre os seus pares médicos (1956c: 73).*

Lima Barreto morreria prematuramente, aos quarenta e um anos, sem ter abrandado a sua escritura e arrefecido seu temperamento rebelde. Adiantou muitos dos temas estéticos e políticos que seriam logo polemizados pelo movimento modernista que nascia. As imagens de brasilidade que ele deixa, frutos do seu tempo e de uma personalidade singular, são retomadas por outros intelectuais e artistas que continuam o trabalho incessante de dizer o que é, afinal, o Brasil. As imagens do país compostas por Lima Barreto vão reaparecer noutros tempos e noutras invenções romanescas que perseguem o enigma brasileiro.

Ainda sobre *Os Bruzundangas*, temos os seguintes comentários de Francisco de Assis Barbosa, em sua obra *Lima Barreto e a Reforma da Sociedade*:

***Os Bruzundangas**, uma série de caricaturas sobre um país inexistente, que muito se assemelhava ao Brasil de seu tempo. Bruzundanga é palavra derivada de burundanga, o mesmo que morodanga em espanhol. Significa palavreado confuso, algaravia, mixórdia, cozinhado mal feito, seujo ou repugnante, trapalhada. Na acepção lima-barretiana, a República das Bruzundangas seria, por conseguinte, o país das trapalhadas. Ou o “país das encrencas”, como o batizou Lima Barreto. Leitor de Swift, freqüentemente invocado nessa caricaturas, concebera a estranha república, cuja Constituição fora copiada da de Brobdingnag, o país dos gigantes, alusão aos Estado Unidos, embora considerasse por igual as constituições de Houyhnhnm e Lilliput. A nação bruzungandense dividia-se em numerosas províncias ou Estados: dos Bois (Minas Gerais), dos Rios (Rio de Janeiro), da Cana (Pernambuco), do Kaphet (São Paulo), na época o grande centro produtor de café, razão pela qual é chamada “a mais rica e adiantada de todas”.*

*Pequenas crônicas, sem maior polimento, mas esfuziantes de zombaria e sarcasmo, constituem não só a matéria de **Os Bruzundangas**, como de **Coisas do Reino de Jambon**. É o Brasil, ou melhor, a República Velha, o tema da caricatura.*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interdisciplinaridade entre a história e outros saberes, como a literatura, tem sido reconhecida e tem sido estudada por historiadores da atualidade.

Ressalvando-se as limitações próprias dos textos ficcionais, analisei a importância da literatura como documento, fonte histórica, partindo das obras literárias de Lima Barreto, especificamente seu romance social *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, e de sua sátira *Os Bruzundangas*.

Após conceituar o período histórico conhecido como Primeira República, ou República Velha, com base em renomados historiadores, parti para a contextualização da vida e da obra de Lima Barreto no interior desse agitado período da História Republicana. Em seguida, e baseando-se numa vasta bibliografia já conhecida sobre a obra de Lima Barreto, procurei pontuar *Triste fim de Policarpo Quaresma* e sua sátira *Os Bruzundangas* numa breve análise que nos esclarece sobre o cotidiano da vida do autor e das massas pobres de seus dias.

Os pequenos trechos citados denunciam os desmandos administrativos praticados pelos primeiros governantes republicanos, e a reação do povo, como massa excluída – ora indiferente, ora atônitos, e ora rebelando-se. Por último incluí trechos das duas obras do autor para corroborar melhor os aspectos factuais e ficcionais da obra desse autor considerado pela crítica como pré-moderno.

Embora grande parte de sua obra só obteve reconhecimento póstumo, continua despertando interesses nos vários campos das Ciências Humanas e é tão atualíssima como antes, no campo da crítica social. Será que nos nossos dias temos algumas semelhanças com a República das Bruzundangas? Que dizer do descaso com a saúde pública, com as autoridades se acusando mutuamente, sem apresentar soluções viáveis? E o nepotismo no serviço público, generalizado nos três poderes? E a corrupção sem controle nos meios políticos? Lima Barreto teria muita matéria como fundo para sua crítica social.

Como historiadores e pesquisadores reconhecemos os limites impostos à ficção como documento histórico. Ressalvando-se tais limites é fato notório e de reconhecimento no meio acadêmico seu valor como fonte de elucidação de fatos históricos. Historiadores

e críticos literários veem na obra romanesca e satírica de Lima Barreto um tom confessional e o tecido social da sociedade do seu tempo como pano de fundo. A literatura brasileiro do séc. XIX e início do séc. XX reflete o mundo social. Sabe-se que a literatura não é um registro fiel do fato histórico, mas uma contradição a esse real. Lima Barreto faz uma literatura militante para conscientizar o leitor dos problemas sociais, políticos e morais da nação. Ele usa a sátira como gênero propício ao exercício da crítica social, em crônicas nos jornais da época, revistas, contos e romances. Lima Barreto tem uma cultura diversa. É leitor atento de escritores russos, franceses e ingleses. Na sua escrita ele foge aos modismos da época e combate o ufanismo dos heróis e das instituições republicanas. Na sua obra há uma ideia de Brasil, um projeto político. Na literatura nos deparamos com o que Nicolau Sevcenko chamou de “liberdade condicional de criação”. Com essa liberdade o escritor trás inserido na sua obra a dimensão social em que viveu, ou dos personagens e época do recorte temporal de sua obra. Isso é muito valioso para o historiador que busca na literatura não o fato histórico em si, mas as reminiscências desses fatos na memória inconsciente do escritor. No seu projeto político literário, Lima Barreto, usa numa linguagem propositalmente mal elaborada, indo de encontro a literatura contemplativa e estilizante da época. Com sarcasmo ele opõe-se às oligarquias dominantes, a política dos governadores, ao autoritarismo burocrático e ao militarismo. Lima Barreto é incansável na luta pelas liberdades democráticas e no combate a exclusão do cidadão comum.

Que dizer de Machado de Assis com suas crônicas e romances que retratam e criticam a sociedade do fim do Império? Quanto da Revolta de Canudos é explicitada na obra de Euclides da Cunha *Os Sertões*, para se mencionar apenas esses dois ícones da literatura brasileira?

Reconheço a modéstia do meu projeto, em parte devido a exigüidade do tempo e por necessitar de um aprofundamento maior do tema, a ser aprimorado num futuro projeto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

BARRETO, Lima. **Coisas do Reino de Jambon**. São Paulo: Brasiliense, 1956b.

\_\_\_\_\_. **Os bruzundangas**. São Paulo: Brasiliense, 1956d.

\_\_\_\_\_. **Triste Fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Ática, 1983.

BOSI, Alfredo. **A dialética da colonização**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.

CARONE, Edgar. **A República Velha: instituições e classes sociais**. Rio de Janeiro, São Paulo: Difel, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural. Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, Ângela Marques da. **1980-1914: no tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Virando séculos).

COSTA, Sérgio Corrêa da. **A diplomacia do marechal: intervenção estrangeira na Revolta da Armada**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1979.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1991.

ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou O que é fictício no texto ficcional. In: LIMA, Luís Costa. **Teoria da literatura em suas fontes**. V. II, Rio de Janeiro, F. Alves, 1983, p. 384-416.

MOISÉS, Massaud. **A criação literária: Prosa I**. São Paulo: Cultrix, 1994.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: **O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930** / Organização do prof. Ferreira de Almeida Neves Delgado. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 (O Brasil Republicano; v. 1)

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992